



INFORMATIVO

O TUIUTI



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)*

*- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

520 anos das Capitanias Hereditárias. 510 anos da descoberta do Rio da Prata por navegantes portugueses. 490 anos da fundação da Companhia de Jesus. 470 anos do Colégio de São Paulo. 460 anos do desembarque de Estácio de Sá em Salvador. 410 anos da vitória de Jerônimo de Albuquerque na Batalha de Guaxenduba, MA. 400 anos da invasão holandesa, tomada de Salvador e início da Guerra do Açúcar. 370 anos da Batalha da Campina do Taborda e do Tratado do Taborda. 340 anos da revolta de Manuel Beckmann no MA. 310 anos do fim da Guerra dos Mascates em PE. 270 anos do início da Guerra Guaranítica. 250 anos da vitória do Major Rafael Pinto Bandeira no Combate de Santa Bárbara, RS. 200 anos da primeira Constituição do Brasil. 170 anos da 1ª ferrovia brasileira pelo Barão de Mauá. 160 anos do início da Guerra do Paraguai e morte de Antônio João. 150 anos do Combate do Ferrabraz, RS, na Guerra dos Muckers. 120 anos da Revolta da Vacina e da Escola da Praia Vermelha. 110 anos do início da I GM. 100 anos da Revolução Paulista. 80 anos do desembarque aliado na Normandia (06 Jun), da partida do 1º Escalão da FEB para a Itália e da inauguração da Academia Militar das Agulhas Negras. 60 anos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, SP, da rebelião militar que deu origem à Contra-Revolução Democrática de 31 de março e da eleição do Gen Humberto de Alencar Castello Branco para a Presidência da República. 30 anos da conquista do tetracampeonato de futebol na Copa do Mundo dos EUA pelo Brasil.

ANO 2024

Novembro

Nº 466 - Edição ESPECIAL

**A REPÚBLICA E OS SEUS 135 ANOS
- UMA TRAGÉDIA EM VÁRIOS ATOS -
- A “PROCLAMAÇÃO” -**

“Não tenha comportamentos falsos, contenha os impulsos, abafe os desejos por demais ardentes, faça com que tua alma seja sempre senhora de si”.

Marco Aurélio

Luiz Ernani Caminha Giorgis(*)

Este trabalho é baseado na obra do historiador José Francisco da Rocha Pombo (1857 -1933): História do Brasil, São Paulo, W. M. Jackson Editores, 1953, cinco volumes. Outras obras foram utilizadas, todas citadas na Bibliografia.

Introdução

Diversos fatores conduziram o país à república. Um deles, externo, foi o centenário da Revolução Francesa com seus ideais iluministas, liberais, antiabsolutistas e antimonarquistas. Alguns parlamentares brasileiros falavam em “ditadura”, como a única solução para o país, mas em um contexto de acordo entre os dois principais partidos políticos (Liberais e Conservadores), ou seja, uma coalizão.

O Conselheiro José Antônio Saraiva defendia a “federação” e, junto ao Imperador, pessoalmente, chegou a dizer, em tom de conselho, que: “ao findar este reinado, entregasse à nação a coroa” (Calmon, 1959, p. 1813). Ou seja, ao morrer Dom Pedro II a monarquia estaria terminada. E, com isso, uma república federativa. Não aconteceu assim.

A situação do país estava bem, “normalidade próspera, qual a do império com finanças florescentes. A economia robusta, o comércio satisfeito” (Idem).

No Rio Grande do Sul, a nomeação de Gaspar Silveira Martins para Presidente da província “era uma garantia da situação: onde mais [...] ardia o entusiasmo republicano, a sua presença (de Gaspar) tinha a importância de um contragolpe”.

Gaspar Silveira Martins era um liberal e, importante isto: antipositivista.

O Presidente do Conselho de Ministros era o Visconde de Ouro Preto - Afonso Celso de Assis Figueiredo (1836-1912), liberal e monarquista. Este gabinete havia assumido em 7 de junho de 1889.

A principal personalidade militar era o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, mas o Ministro da Guerra era o Visconde de Maracaju - Rufino Eneias Gustavo Galvão que tinha, como Ajudante-General Floriano Vieira Peixoto (1839-1995). Todos os três heróis da Guerra do Paraguai.

Entre junho e novembro de 1889 o cenário político se agravou consideravelmente. Tornava-se cada dia mais clara a má-vontade de Ouro Preto com o Exército e com os militares.

Conforme Pedro Calmon (1959, p. 1817):

A imprensa, amarga, explorava as predileções de Ouro Preto pela Guarda Nacional. Assoalhasse que, temendo as classes armadas, estaria disposto a **dissolvê-las**, substituindo-as pela Guarda Nacional: uma espécie de 7 de abril às avessas.

Parece óbvio que o Imperador, Chefe do Poder Moderador, jamais autorizaria uma coisa dessas.

Ouro Preto sofreu o golpe em 15 de novembro. Um mês depois, já exilado, teria dito:

“Confesso, torno a dizê-lo, a minha ingenuidade. Não acreditei nunca em uma conspiração militar”.

Ingenuidade mesmo.

O Imperador chegou de volta de Petrópolis às 1430 h do dia 15. Em reunião com Ouro Preto, nenhum dos dois considerou a monarquia derrubada. Já estava.

Ouro Preto ainda sugeriu a Dom Pedro II o nome de Gaspar Silveira Martins para substituí-lo na presidência do Conselho de Ministros. O Imperador aceitou. Nenhum dos dois lembrou da velha inimizade entre Gaspar e Deodoro, desde que este fora Presidente do RS¹.

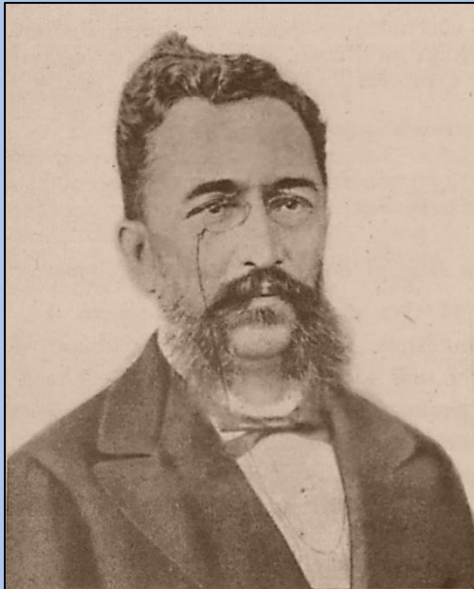
A falta de respeito de Silveira Martins em relação a Deodoro foi fator importante no processo, posto que, no RS, o primeiro costumava chamar o segundo de “sargento”. Inaceitável isso.

Nenhum dos outros fatores sobre a rivalidade entre Deodoro e Silveira Martins poderia ser mais importante do que este acima citado, fatores aqueles aventados (até hoje) pela imprensa, por articulistas e por escritores.

É claro que, não somente Deodoro, mas também outros chefes militares, jamais aceitariam Gaspar Martins como o maior mandatário do país depois do Imperador no caso da permanência do regime monárquico.

A seguir, uma abordagem resumida dos acontecimentos, procurando ressaltar os atores principais desta tragédia: a classe política, os agricultores (principalmente os cafeicultores), o Clube Militar e os militares.

¹ Deodoro foi Presidente Provincial do RS entre 8 de maio e 9 de novembro de 1886.



À esquerda, Ouro Preto; à direita, Maracaju.
Fontes: Biblioteca Nacional.



Causas que apressaram a queda do Império

Entre as causas mediatas e imediatas que determinaram a queda da monarquia indicam-se principalmente as seguintes:

- o espírito liberal do imperador;
- a indiferença dos grandes chefes políticos pelas instituições;
- a questão religiosa;
- a questão militar;
- a abolição da escravatura;
- a propaganda;
- a grave moléstia do Imperador, a qual lhe seria a causa de poucos meses de vida;
- a falta de um herdeiro varão, causando a subida ao trono de uma filha mulher, acompanhada que seria de seu marido, um estrangeiro - o Conde D'Eu (Marechal Gastão de Orleans);
- a desorganização do setor agrícola, principalmente no norte, em face da abolição dos escravos;
- a recusa dos militares em perseguir negros fugidos; e
- o sentimento dos ex-proprietários de escravos que se sentiram traídos pelo governo por não receberem a compensação financeira, o que afastou a elite agrária da monarquia.

Mas, Pedro II foi realmente um monarca tão liberal, e sobretudo de uma tolerância tão completa, que se tem quase razão para julgar tudo isso menos como qualidades intrínsecas do seu caráter do que como falta de confiança na sorte do regime que representava.

Nunca se opôs a nenhuma reforma exigida pela nação; antes tomava afoitamente o patrocínio de muitas que excediam aos programas dos partidos.

Nunca deu provas de antipatia por nenhuma das repúblicas sul-americanas: daí sem dúvida o grande respeito de que em todas elas gozava. Nunca mostrou sequer prevenções, quanto mais ódio aos que mais o atacaram, ou que mais injustiças lhe fizeram. Essa superioridade com que sempre queria ficar acima das pequenas paixões, levava-o às vezes a condescendências com aqueles que combatiam a forma de governo, ou mesmo que chegavam a ofendê-lo pessoalmente.

Mesmo entre os dois partidos chamados constitucionais tantos chefes houve que hostilizavam hoje a pessoa imperial e que no dia seguinte estavam muito “anchos” (largos) nos conselhos da coroa.

Tudo isto se considerava como fraqueza.

Outra acusação que se fazia a Dom Pedro II é a de que cuidava menos das funções que do gosto pelas letras. De fato, Dom Pedro tinha predileções pelo estudo e pelo convívio dos sábios e dos artistas. Dir-se-ia que era mais um filósofo, sacrificado pela fatalidade do nascimento, que um verdadeiro diretor do povo.

Foi talvez o monarca que no seu tempo mais viajou. Por três vezes deixou o seu ofício para ver o novo e o velho mundo. Na Europa, como na América do Norte, procurou os grandes homens, e viu o que havia de mais notável em todas as esferas da civilização e da cultura.

Tudo isso, porém, era para ele uma forma de servir a nação. Torná-la conhecida, pelo testemunho vivo do seu mais alto representante, e sentir lá fora o mundo, para trazer dele inspirações ao seu povo, pareceu-lhe um processo prático de conciliar o seu gosto pessoal com os seus deveres de soberano. E, no entanto, foi seguramente esse modo de encarar o seu papel que o prejudicou, como Chefe de Estado.

Era coisa corrente, e é ainda hoje, ao alcance de todos, a incapacidade do país para o regime puramente representativo. Eleições eram naqueles tempos o que são ainda hoje (1953). Só o governo é que elegia.

Faziam o jogo da política nacional apenas dois partidos. Destes, um no governo. O outro no ostracismo. O que exercia o mando, podia perpetuar-se no poder, se não houvesse contra isso um expediente constitucional. Era a intervenção do Poder Moderador, que ficava acima de todas as contingências da política. O Moderador tinha, portanto, que fazer e desfazer situações.

Nada mais legítimo do que esse processo, dada a natureza do regime. Hoje, só a força consegue fazer mudanças políticas nos Estados: no império, era só o poder moderador (grifo meu).

Nenhum dos dois partidos estava isento de tais culpas. Qualquer deles, no dia seguinte ao em que era apeado, estaria disposto a ver mudada a forma de governo. Basta notar o açodamento com que o partido conservador, que estava na ocasião fora do poder, acudiu em 1889 a aderir à república.

A Questão Religiosa² foi fator importante do abandono em que se foi vendo a monarquia.

O episcopado brasileiro ressentiu-se profundamente contra ela quando se considerou desamparado pelo prestígio do imperador no conflito dos dois bispos insurgidos contra o governo. A prova disso foi a indiferença quase vingativa de todo o clero nacional ante os acontecimentos do nosso 1789³.

As duas causas, porém, de efeito mais direto na queda do trono foram a Questão Militar⁴ e a Abolição da Escravatura (grifo meu).

A primeira comprometeu de uma vez o governo imperial com as classes armadas; a segunda alienou completamente da dinastia o prestígio dos grandes senhores de escravos.

A propaganda republicana⁵, protagonizada pelo Partido Republicano Paulista, concorreu para desprestigiar as instituições.

A essas causas poder-se-ia ainda acrescentar uma outra: a falta de um príncipe, que se fizesse popular e simpático aos brasileiros, para suceder a Dom Pedro II.

A propaganda republicana

Quando, depois da Guerra do Paraguai, se deu, em todas as províncias, um certo impulso à propaganda contra a monarquia, pode se dizer que estavam já quase de todo amortecidas as aspirações ultraliberais que apareceram mais intensas assim que se fizera a independência, em 1822.

Tomaram grande força essas ideias durante o primeiro reinado, e chegaram, logo depois da abdicação, a fixar-se no programa de uma considerável porção do próprio partido dominante. Para se avaliar esse programa é bastante recordar o projeto de reforma constitucional adotado em 1831 pela Câmara dos Deputados. Segundo esse projeto, as instituições seriam tão profundamente alteradas que não ficaria delas mais que o chefe do executivo vitalício e hereditário com o título de imperador.

Deve notar-se que nem assim se satisfaziam os "mais exaltados", eufemismo dos republicanos. Enquanto se discutia na Câmara o projeto e se votava, ia crescendo a agitação pública; e os mais persuadidos de que se estava no caminho da única reforma que se queria diziam-se mesmo traídos nas suas aspirações de ver proclamada a causa.

² Também referida como Questão Epíscopo-Maçônica, entre 1872 e 1875 em Olinda e Recife. Os bispos eram contra a intervenção do Império nas questões religiosas, principalmente em relação à maçonaria (e Pedro II era maçom). Foram presos e condenados a quatro anos de trabalhos forçados. Foram libertados em 17 de setembro de 1875 quando Caxias obteve a assinatura de anistia do Imperador (Giorgis, 2011, p. 149).

³ Ano da Revolução Francesa, que acabou com o absolutismo em França.

⁴ Na verdade, foram três as questões militares (1886/87), as quais envolveram o Coronel Antônio de Sena Madureira (nas duas primeiras) e o Coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos (na última).

⁵ O PRP foi fundado em 18 de abril de 1873 em Itu, São Paulo.

A câmara vitalícia, que por sua parte era atingida pela reforma, tomou atitude de "mais ponderação" e tudo se acomodou. Em seguida, a questão da maioria absorveu os partidos e distraiu a opinião do país.

Os desastres a que deram lugar os impensados movimentos de São Paulo e Minas e, alguns anos depois, a pacificação do Rio Grande do Sul e a revolução praieira, foram amainando os entusiasmos.

Não tardou que esse declínio se acentuasse com as guerras externas (na região do Prata).

E quando, em 1870, o país reentrou em situação normal, pode dizer-se que a aspiração da república mal dava sinal de si no espírito de alguns fiéis, cuja fé era mais profunda e sincera.

O manifesto republicano que nessa época se fez correr era assinado por esses poucos, e não produziu grande impressão no espírito público. Tratou-se por esse tempo de organizar o partido e de ativar a propaganda, na imprensa, nos clubes que se fundaram, e na tribuna das conferências e dos comícios.

O Manifesto Republicano de 1870 (Partido Liberal) reduzia todos os esforços, que se haviam conjugado, a demonstrar que as instituições monárquicas não correspondiam mais às exigências da nossa história; que o regime tinha de dar fatalmente no esfacelamento geral; e que o moto de vida de todos os brasileiros devia resumir-se nesta fórmula: centralização - desmembramento; descentralização - unidade; que o imperador, com a sua política, tinha corrompido os homens, e que nada mais havendo a esperar do sistema, não restava à nação outro expediente senão mudar a forma de governo.

A abolição da escravatura

Mostrar coragem, às vezes confiado na mesma justiça que se condena - era o meio mais prático de sucesso. Nem por isso os trabalhos dessa nova fase foram mais proffucuos. E a mais grave entre as questões que agitaram os últimos dias do império - foi a da abolição da escravatura.

Todo mundo se apaixonou por essa causa; e os próprios republicanos rebatiam a impaciência de correigionários aconselhando que se alcançasse primeiro uma para depois disputar a vitória que viria como corolário da primeira.

Tinham razão realmente. Nem podia escapar aos de mais ampla visão entre os republicanos o absurdo de **fazer a república com a escravidão, deixando-lhe o encargo de a abolir** (grifo meu). Isso seria comprometer a sorte do novo regime logo no dia seguinte ao em que fosse proclamado. Por isso mesmo, o grande empenho dos republicanos mais sensatos foi realizar primeiro a proscrição da escravatura.

Os homens da monarquia não se aperceberam daquela cilada do destino: deram, ufanos, a sentença de morte contra o império. Aliás, nos derradeiros anos do regime abolido, se os maiores cuidados se dedicavam à causa dos escravos, nem por isso se perdia ensejo de ir mantendo em dia a oposição às instituições.

Principalmente na imprensa, não se descuidavam os mais cultos de trazer sempre flagrante a aspiração. Em 1888, muito rara seria a capital de província onde não se publicasse um órgão republicano.

De todas as províncias destacaram-se particularmente São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais; a primeira sobretudo, onde o partido se organizou mais regularmente, e concorreu, nas urnas, com os partidos do império, conseguindo mandar à Câmara dos Deputados dois representantes.

Não foi o esforço da propaganda que abriu caminho para a república. Quando o imperador entendia que era necessário ouvir queixas ou atalhar perigos, o menos que podia fazer era entregar o governo aos mais exigentes. Não havia, no círculo dos partidos, opinião de consciência mas opinião de nome.

Pequenos incidentes bem significativos

Mais feliz que o preconício de uma forma de governo, foram seguramente certos fatos dos quais tirava proveitos o espírito de classe, sobretudo entre os militares, os estudantes, e o próprio clero.

O caso dos bispos, e a questão militar fizeram maior mal à monarquia que a desídia dos estadistas do segundo reinado pela sorte das instituições, e do que o sucesso dos propagandistas republicanos. E até fatos de si mesmos insignificantes produziram frutos imprevistos.

Acabava o visconde de Ouro Preto de organizar o gabinete, a 7 de janeiro; e já alguns dias depois (a 15) ocorria aquele ridículo caso do teatro, onde um rapaz, à saída do imperador, dera um grito de viva a república, e em seguida disparara um tiro de pistola para o ar.

Como se esperasse por semelhante incidente para um ato desatinado, fez o chefe de polícia no dia seguinte publicar um aviso de que estava proibido dar vivas à república. Não satisfeito só com isto, mandou espalhar pelas ruas e praças grande número de capangas, a gritarem - fora a república! - viva a monarquia!

Mais ridículo ainda que este fato, veio depois o que se chamou - "a manifestação das laranjas".

Costumavam os estudantes de medicina, nos intervalos, reunirem-se em um largo que fica em frente à faculdade, para chuparem laranjas, que ali mesmo compravam a uma quitandeira. Um dia, vaiaram o ministro do império, quando por ali passava de carro. Um delegado de polícia proibiu a venda de laranjas naquele lugar. Organizaram os estudantes, como protesto, uma passeata pelas ruas levando, cada um deles, uma laranja espetada na ponta da bengala ou do chapéu de sol, e dando vivas à laranja. A quitandeira, mulher de cor trajando à baiana, fazia parte do préstito. Pode-se imaginar o sucesso desta troca.

Entre os inúmeros boatos, mereceu atenção o seguinte: - que o imperador desejava abdicar a coroa para a princesa imperial Dona Isabel no dia 2 de dezembro, seu aniversário natalício, e que por isto o ministro Ouro Preto reorganizava com tanta atividade a Guarda Nacional e criava a Guarda Cívica, dando a ambas uma organização igual à do Exército, e que pela mesma razão aumentava consideravelmente a polícia da capital e, ainda, arregimentava em segredo a Guarda Negra, composta quase toda de capoeiras, navalhistas e caceteiros ao soldo do governo. Tais boatos diziam que esses corpos eram destinados a substituir o Exército, com o qual o governo já não podia contar. Boatos sem fundamento.

Entrando, um dia, o visconde de Ouro Preto no Ministério da Marinha, encontrou na sala de espera três oficiais marinheiros, que o cumprimentaram levantando-se, e depois assentaram-se. Estranhou-lhes, porém, o Primeiro-Ministro o fato de não se terem descoberto. A imprensa oposicionista censurou o procedimento de Ouro Preto, afirmando que os militares, conforme era uso geral, nunca se descobrem para cumprimentar. O incidente não teve, todavia, outras consequências.

Mais grave foi o que se deu com o Tenente Pedro Carolino, a quem Ouro Preto tratou asperamente, e mandou prender, só porque não o encontrou à testa da guarda do tesouro da qual era comandante.

Ocorreu este fato em setembro, na véspera da chegada do Marechal Deodoro; pois tendo cessado o perigo de guerra entre o Paraguai e a Bolívia, mandou o governo o retorno para a Corte das forças que estavam em Corumbá. Ao chegar ao Rio, Deodoro foi recebido por um grande número de oficiais, a 13 de setembro de 1889.

Na capital paulista, fins de 1888, dava-se uma desordem entre soldados do Exército e praças de polícia. Tendo sido um daqueles espancado por alguns destes últimos, "os companheiros da vítima tiraram uma terrível desforra, e recolheram-se ao seu quartel". Dirigindo-se então o chefe de polícia para o quartel do batalhão (era o 17º de Infantaria) penetrou até o estado-maior, e ali reprovou, com palavras ásperas ao oficial de serviço e aos companheiros presentes, o procedimento de seus soldados. Referindo-se a esse fato, em ordem do dia, disse o Tenente-Coronel Honorato Caldas, comandante do batalhão "que o chefe de polícia devia ter sido posto fora do quartel a coice⁶ de armas".

Tendo o ministro da guerra mandado retirar o batalhão, apelaram os oficiais para o ajudante-general do Exército, João Severiano da Fonseca, que lhes prometeu justiça. Enquanto esta se fazia esperar, a oposição aproveitava o ensejo para exaltar de novo o espírito de classe no Exército. Os oficiais exigiam a demissão do chefe de polícia, enquanto o governo queria exonerá-lo pura e simplesmente. Tendo sido a questão muito debatida na imprensa, apareceu finalmente a notícia da demissão do chefe de polícia, porém sem nenhuma nota. Os jornais oposicionistas insinuaram que essa demissão, sendo a pedido do chefe de polícia, não significava nenhuma satisfação dada aos ofendidos.

Enviou então o ajudante-general a sua demissão ao ministro o qual, por intermédio de um amigo comum, lhe fez saber que a demissão fora dada, não a pedido, mas por conveniência ou a bem do serviço público (a 4 de dezembro de 1888). Publicada esta notícia, os oficiais deram-se por satisfeitos, e o conflito acabou; ficou, porém, ainda a irritação nos ânimos.

Outro incidente. Tendo corrido o boato de próxima guerra entre o Paraguai e a Bolívia, resolvera o governo enviar para a província de Mato Grosso uma força de observação às ordens do Marechal Deodoro da Fonseca (já referida acima). A partida do marechal, e de dois batalhões tirados da guarnição da capital, deu aso (ocasião, motivo, pretexto) a diversos boatos, que os inimigos da monarquia espalharam por toda parte, mesmo sem fundamento.

⁶ Nesta situação, coice é a parte posterior da coroa da arma, onde fica a chapa da soleira.

Nem bastou que o governo agraciasse com o título de Barão de Alagoas ao General Severiano, irmão de Deodoro; pois em março de 1889 ocorreu, a respeito dele, um fato que deu ocasião a boatos muito mais graves.

Estando o General Severiano, que já andava adoentado, incumbido de redigir o regulamento das escolas militares, o ministro da guerra, sem se explicar de antemão com ele, fez ao dito regulamento diversas alterações notáveis, e, sem mais nada, as mandou publicar no Diário Oficial. Quando Severiano, a 19 de março, leu essas alterações, ficou altamente sentido, e nesse mesmo dia faleceu, logo depois de tomar um banho morno. É fácil imaginar que as interpretações foram muitas e todas cheias de fel contra o governo.



Outro fato veio, dias depois, irritar ainda mais os espíritos, e oferecer ensejo oportuno à oposição para reclamar contra o governo. Tendo o Coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet (ao lado), diretor da Escola Militar do Ceará⁷, pedido que fosse nomeada uma certa pessoa para um cargo subalterno, o ministro indeferiu o pedido, e logo depois, independentemente de proposta do diretor da Escola, nomeou o mesmo indivíduo para um cargo superior. Então o Coronel Mallet pediu (a 20 de outubro) a sua demissão, a qual lhe foi dada, mas com a cláusula de “a bem do serviço público”.

Ocorreram pelo mesmo tempo vários outros fatos ainda mais graves. Dois meses antes da revolução (o 15 de novembro), chegara ao Rio de Janeiro o couraçado chileno Almirante Cochrane, afim de pagar a visita, que pouco antes fizera ao Chile o cruzador brasileiro Almirante Barroso, cujos oficiais haviam sido lá muito festejados. Todos se esforçaram naturalmente por obsequiar do melhor modo que lhes foi possível os representantes da nação amiga: recepções, almoços, banquetes, bailes, presentes, discursos, poesias, corridas, regatas, etc.

Tendo os oficiais chilenos feito uma visita à Escola Militar da Praia Vermelha, o professor Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, em presença do próprio ministro da guerra, pronunciou um discurso de defesa de seus camaradas

"protestando contra a pecha de indisciplinados, insubordinados e desordeiros, que os partidários do governo atiravam constantemente à face do exército, e acrescentando que eles seriam sempre cidadãos armados, nunca jamais janízaros"⁸ (isto foi a 22 de outubro de 1889).

Este protesto valeu ao professor Benjamin, no dia seguinte, uma chuva de flores⁹ da parte dos alunos. Tais explosões do espírito militar nas escolas, e nos regimentos que formavam a segunda brigada, não passavam ainda de simples demonstrações contra o ministério. Poucos, por enquanto, procuravam meios de derrubar também a monarquia, pois o **Marechal Deodoro votava uma certa amizade pessoal ao imperador**, (grifo meu) e por esta razão hesitava em pronunciar-se francamente contra as instituições.

Além disto, temia ele (Deodoro) que a república trouxesse o desmembramento do Brasil.

Quando o Marechal voltou de Mato Grosso, agravou-se-lhe a doença que já o atormentava havia muito tempo¹⁰. Era o endurecimento das artérias que produzia grande dificuldade de respirar. Esta moléstia, e diversos outros incômodos o traziam pensativo e triste.

Já haviam, no entanto, a mocidade das escolas e a oficialidade da segunda brigada, selado um pacto para a defesa dos interesses da sua classe, e sabiam que podiam contar com chefes como Deodoro e Benjamin Constant. Desejavam a deposição do ministério, mas não deixavam de refletir nas suas consequências imediatas. Resolveram, pois, depor igualmente o imperador, como único meio de impedir a transmissão do trono à herdeira presuntiva, de quem o exército não esperava justiça.

Compenetrado desta ideia, Constant só aguardava a ocasião oportuna para induzir Deodoro a proclamar a república. E isto se deu quando o governo ordenou que embarcasse para a província do Amazonas o 22º Batalhão de Infantaria, para o qual transferira o Tenente Pedro Carolino (explicação a seguir).

⁷ Filho de Emilio Mallet, foi o primeiro comandante da Escola Militar do Ceará, criada em 1889.

⁸ Guerreiros cristãos recrutados pelo Império Otomano, a princípio para evitar revoltas dentro do reino. Militarmente treinados, recebiam educação em várias disciplinas e aprendiam diversos idiomas. Seu forte treinamento fazia com que eles fossem uma das forças militares mais temidas do Império Otomano. Podiam, quando necessário, empossar e derrubar sultões no mesmo império.

⁹ Pergunto: desde quando alunos homenageiam professores com “chuva de flores”?

¹⁰ Deodoro era nascido em 1827. Nesta época, com 62 anos, já era um homem doente, carregando diversos males desde antes da Guerra do Paraguai.

Os últimos gabinetes da monarquia

A impressão que se tem, ao estudar a queda do regime imperial, é a de que a própria vida dos dois partidos constitucionais já se tornava penosa. Sente-se que, dos maiores chefes aos ínfimos adeptos de cada uma dessas parcialidades militantes, se dá uma importância capital antes de tudo às vantagens e proventos do poder.

Tornavam-se muitas vezes, principalmente em algumas províncias do norte, e sobretudo no município neutro - tornavam-se quase de violenta animosidade as relações entre os dois partidos. Hostilizavam-se, não como simples adversários políticos, mas como inimigos irreconciliáveis.

Não se fazendo, portanto, arregimentação de esforços e opiniões em torno de questões nacionais ou de ideias - o que era natural, e que chegou a constituir uma verdadeira amargura para o império nos seus derradeiros dias, é que os ministérios e as próprias situações tivessem vida efêmera e penosa.

As combinações, às vezes dentro da mesma situação, eram difíceis; e os gabinetes, como em mutações de cenário, sucedem-se com frequência alarmante.

De julho de 1840 até setembro de 1848 alternaram-se no poder liberais e conservadores. O último ministério liberal teve que lutar contra a Revolução Praieira (liberal) em Pernambuco, e que foi a última revolução séria do segundo reinado (fevereiro de 1849).

Importante, neste período, foi a criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, em 20 de julho de 1847, o que tornou **parlamentarista** (atenção para isto) a monarquia brasileira.

Alguns anos depois que começara a reinar Dom Pedro II, achava-se, pois, o país inteiramente pacificado. Os conservadores aproveitaram-se dessa situação favorável para se manterem no poder até 3 de setembro de 1853, durante quase cinco anos.

Verdade é que, desde 6 de outubro, em consequência das ocorrências havidas com o ditador argentino Juan Manuel de Rosas¹¹, se retirara o chefe do gabinete, Marquês de Olinda, procedendo-se a uma reorganização ministerial.

A 6 de setembro de 1853, Honório Hermeto Carneiro Leão - Marquês do Paraná, era chamado para constituir um gabinete de conciliação, com representantes dos dois partidos. Esta situação durou até 1858. Tendo falecido o Marquês de Paraná a 3 de setembro de 1856, foi chamado o Marquês de Caxias, Ministro da Guerra, para a presidência do conselho; e a 4 de maio de 1857, Caxias cedeu o lugar ao Marquês de Olinda. Com estes findou a conciliação, subindo então ao poder os conservadores, que governaram de 1858 a 1862, com três gabinetes sucessivos, sendo o último o de Caxias, novamente, a 2 de março de 1861.

Em 1862 voltaram os liberais ao poder, até 1868. Desde 1868 ocuparam os conservadores o poder até 1878 (quatro gabinetes), sendo o último o do Duque de Caxias (25 de junho de 1875).

Em janeiro de 1878, sobe ao poder o partido liberal, presidido pelo Visconde de Sinimbu - João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, o qual organiza o primeiro gabinete da situação. Os liberais caíram em 1885.

Sucederam-se mais dois gabinetes até julho de 1889 quando o Presidente do Conselho de Ministros passou a ser o Visconde de Ouro Preto - Afonso Celso de Assis Figueiredo, que organizou um gabinete liberal. Foi o último da monarquia.

A conjuração

Em outubro de 1889 os militares entraram na fase da conspiração formal e decisiva. No dia 6 desse mês chegara à corte, vindo do Rio Grande do Sul, o Capitão Antônio Adolpho da Fontoura Menna Barreto (1846-1923)¹²; e a 12 de outubro fazia ele a sua primeira visita ao Marechal Deodoro.

No correr da conversação, falou o capitão longamente sobre a política daquela província, mostrando a conveniência da intervenção do Marechal afim de depor o então presidente dr. Gaspar Silveira Martins, fazendo-lhe ver que o prestígio oficial de Deodoro, apesar dos esforços do governo imperial para aniquilá-lo, se conservava de pé; e que uma parte do exército morreria com ele na defesa da pátria ultrajada.

¹¹ Trata-se da Guerra contra Oribe e Rosas, entre 1851/52, que acabou na Batalha de Monte Caseros.

¹² Menna Barreto era filiado ao Partido Conservador. Foi transferido para o Rio de Janeiro em 1889. Já em 1890, assumiu o comando do Regimento de Cavalaria Policial do Distrito Federal.



Da conversação referida, que foi longa, ficou patente a disposição de ânimo do Marechal Deodoro; à vista do que, resolveu Menna Barreto (ao lado) conferenciar com seus amigos, começando pelo Tenente Sebastião Bandeira. Animado pelo que ouvira do amigo, assentaram os dois em visitar de novo o Marechal; o que fizeram na noite de 16, conversando detalhadamente com o velho soldado acerca do assunto.

O Marechal estava recolhido ao leito, parecendo na ocasião bastante enfermo. Experimentava as dores resultantes de dois cáusticos; não obstante, ainda que com esforço, fez uma exposição minuciosa dos seus sofrimentos desde o começo, sendo mister por duas vezes o auxílio dos oficiais presentes para mover-se no leito. Terminada a narração, após um ligeiro silêncio, perguntou o Marechal ao Tenente Bandeira se haviam sido reincluídas no 1º Regimento as praças que o tinham acompanhado na expedição a Mato Grosso, fazendo parte do seu piquete; e então censurou a incoerência do governo mandando essas praças ficarem fazendo parte do 7º de Cavalaria, contra o modo de ver dele, general.

O Tenente Bandeira¹³, mostrando-se indignado contra a má vontade do governo em relação ao Exército, declarou ao Marechal que não havia mais dúvida quanto ao plano do governo aumentando a polícia da corte, e a da província do Rio; criando a Guarda Cívica e arregimentando a Guarda Nacional, armando todas essas forças a Comblain¹⁴, e dando-lhes instruções que não pode dar ao Exército.

Nessa mesma ocasião fazia o governo retirar da corte, com precipitação, grande parte da tropa de linha, sendo de presumir que brevemente seria o Exército dispensado do serviço da guarnição, a pretexto de precisar de descanso. E então seria nesse serviço substituído pela Guarda Nacional; e que logo depois, reconhecida assim a desnecessidade dos 13.500 homens, o governo reduziria o exército à metade, aliviando-se ainda desse modo o tesouro em tempo de paz.

Nesse momento, tomado de viva indignação, ergue-se no leito o Marechal, como esquecido dos seus males; e fazendo grande esforço, exclamou numa explosão de cólera:

"Não! Não permitirei isso! Voltará o 31!¹⁵... Irei ao parlamento responsabilizar o governo pela falta de patriotismo que se revela em semelhantes atos! Assestarei a artilharia, levarei os sete ministros à praça pública, e me entregarei depois ao povo para julgar-me!... Não! - "Neste caso - disse Menna Barreto - v. ex. vencedor, será o ditador da república!"

Receosos de que o estado do Marechal se agravasse pela excitação, os dois oficiais, depois de o terem acalmado carinhosamente, retiraram-se convencidos de que a causa do Exército contava com o general. Combinaram, pois, Menna Barreto e Sebastião Bandeira, desde então, sobre os meios de fazer sentir ao governo que Deodoro ainda era o Marechal predileto do Exército nacional.

No dia seguinte (17 de outubro) convidaram os dois oficiais a oficialidade dos 1º e 9º regimentos de cavalaria, para, incorporados, visitarem o general, e manifestar-lhe o prazer que se sentiam ao vê-lo prontamente restabelecido. Efetivamente, ao anoitecer do mesmo dia, acharam-se todos os oficiais reunidos no Campo da Aclamação e efetuaram a projetada visita.

Na residência de Deodoro achavam-se várias pessoas, entre as quais o Coronel Cândido José da Costa e o oficial de gabinete do ministro da guerra, Tenente-Coronel Costa Guimarães. Este oficial declarou ser grave o estado do enfermo, que por este motivo estava incomunicável. Pouco depois apareceu a esposa do general que, dirigindo-se ao Capitão Menna Barreto, não se mostrava muito satisfeita com a visita da oficialidade... Depois desta visita, foi uma comissão de oficiais à imprensa, para que se desse notícia daquela demonstração.

Nesse mesmo dia, os dois já referidos oficiais procuraram os seus companheiros do 2º Regimento de Artilharia de Campanha, entre eles o Capitão José Agostinho Marques Pôrto e outros da Escola Superior de Guerra, convencendo-os da necessidade de secundar aquela manifestação. Desde esse momento ficou o Capitão-Ajudante, Manuel Joaquim Godolfim, encarregado de mandar todas as manhãs uma ordenança (praça, estafeta, mensageiro) saber da saúde do general em nome das referidas corporações.

¹³ Chama à atenção aqui um simples tenente envolvido na trama contra a monarquia.

¹⁴ Trata-se do fuzil belga Comblain, de tiro único, calibre 11 mm, alma raiada, retrocarga, projetado em Liège por Hubert-Joseph Comblain e produzido em vários modelos. Foi usado até a Primeira Guerra Mundial.

¹⁵ Referia-se Deodoro à crise de 1831, quando Dom Pedro I abdicou e seguiu para Portugal.

O Capitão Menna Barreto, o Tenente Sebastião Bandeira e o Alferes Joaquim Inácio Batista Cardoso, então convalescente de grave enfermidade, formaram um pacto; e dispondo já de alguns elementos, que facilitaram a congregação de outros, prevalecendo-se do desgosto que lavrava no exército, compreenderam a conveniência de aproveitar-se a ocasião para levar a efeito a proclamação da república.

Encorajados pelos seus elevados intuitos, começaram a promover no 1^o e no 9^o regimentos de cavalaria¹⁶, e em outros corpos da guarnição, enérgica propaganda, no sentido de incutir no ânimo da soldadesca as vantagens, que adviriam para o exército, da mudança de forma de governo monárquico para o regime francamente republicano.

Nessa propaganda tomaram parte mais ativa os Srs. Capitão Menna Barreto, Tenente Sebastião Bandeira, Alferes Joaquim Inácio, capitães Godolfim, José Pedro de Oliveira Galvão, Sargento-Ajudante Agrícola Belém, 1^o Sargento Arnaldo Pinheiro, o 2^o Raimundo Gonçalves de Abreu, todos do 1^o Regimento; e o 1^o Sargento do 9^o, João Batista Xavier¹⁷.

Na imprensa, secundavam a propaganda, em enérgicos artigos, os srs. Rui Barbosa, Sampaio Ferraz, Quintino Bocaiúva, Aristides Lôbo, Lopes Trovão, e outros, pelas colunas do Diário de Notícias, do País, e do Correio do Povo.

Por ocasião da visita feita à Escola Militar pelos oficiais do couraçado chileno Almirante Cochrane, o Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães¹⁸, em uma saudação à República Francesa, salientou em presença do ministro da guerra, conselheiro Cândido de Oliveira, os sentimentos da classe, fazendo notar que o exército era acusado injustamente de indisciplina pelo governo, que demonstrava querer um exército de janízaros. Nesse discurso, Constant preveniu o governo que não se julgasse forte, pois a parte sã do exército saberia cumprir com altivez e desassombro o seu dever. Essa atitude patriótica de Constant despertou na mocidade militar a ideia de uma demonstração de apreço àquele mestre, com o intuito de manifestar o reconhecimento do Exército pela defesa dos seus legítimos direitos.

No dia 26 de outubro, à 1 hora da tarde, a mocidade da Escola Superior de Guerra dirigiu-se à Escola Militar da Praia Vermelha, onde realizou a manifestação. Em nome do 2^o Regimento falou o 1^o Tenente Saturnino Nicolau Cardoso; em nome do 1^o e do 9^o falou o Capitão Menna Barreto; e pela Escola Superior de Guerra o Alferes-Aluno Augusto Tasso Fragoso, afirmando a gratidão do exército pela defesa do brio e da dignidade da classe militar, e assegurando que ele e todos os seus companheiros, e certamente todo o exército estariam sempre a seu lado, e com ele e por ele sacrificariam a vida se preciso fosse. Respondendo-lhes, Benjamin declarou que para a salvação da pátria e reivindicação dos direitos da classe, estaria sempre com ela, e com ela morreria na praça pública. Esta demonstração inflamou ainda mais aqueles moços.

As articulações

No dia imediato ao do discurso de Benjamin Constant na Escola Militar, ao entrar no Café de Londres, onde se reuniam os republicanos mais exaltados (e por isso chamado pelo público a Montanha) perguntou o dr. Almeida Pernambuco ao dr. Lopes Trovão;

- Leste o discurso do Benjamin?

- Li, e é preciso agir! respondeu o interrogado.

E dirigiram-se ambos ao dr. Aristides Lobo, cujo escritório era uma espécie de sôtão do mesmo prédio, na rua do Rosário, onde o venerando Dr. Saldanha Marinho¹⁹ atendia à sua numerosa clientela.

Exposto o assunto, o dr. Aristides Lobo, visivelmente irritado, depois de sopesar os prós e os contras, disse que nas forças armadas do país só havia um soldado com envergadura capaz de empreender com êxito a proclamação da República, e que esse era Deodoro da Fonseca.

Decidiu, porém, que para chegar ao glorioso soldado era preciso que o dr. Lopes Trovão fosse ao chefe do partido, que era Quintino Bocaiúva, enquanto que ele iria procurar o dr. Benjamin Constant, afim de

¹⁶ Este regimento, de cavalaria, avançou no dia 15 para o centro da cidade a pé, pela absoluta falta de cavalos.

¹⁷ Aqui neste trecho, já constatamos graduados envolvidos diretamente na conspiração.

¹⁸ Constant era discípulo de Auguste Comte, portanto positivista. Major do EB na Guerra do Paraguai, lá permaneceu somente um ano. Renegava e desprezava a carreira militar e obteve dispensa por ter contraído malária. Veio para o Rio (agosto de 1867) e nunca mais voltou (Gomes, 2013, p. 206). E este oficial, no Almanaque dos oficiais do Exército está, de forma definitiva, entre os generais de brigada. Sobre o positivismo, consultar Gomes, 2013, p. 169/173.

¹⁹ Trata-se do pernambucano Dr. Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895), advogado, jornalista, sociólogo e político brasileiro, nome de rua em Porto Alegre.

promover uma conferência em que os dois se entendessem. Assim se fez, começando nessa ocasião a interferência dos civis na conspiração.

Por outro lado, o governo agravara mais a sua já melindrosa situação procurando amedrontar o exército com a arregimentação da Guarda Nacional, sob a direção do Barão do Rio Apa. E mais, com a criação da Guarda Cívica, sob o comando do Capitão de Cavalaria Tomás Alves; com o aumento do corpo de polícia da Corte, sob o comando do Coronel Antônio Germano de Andrade Pinto; com o aumento ainda do da província do Rio de Janeiro, sob o comando do tenente reformado Honório Lima, comissionado no posto de coronel; todas estas forças, armadas à Comblain, e recebendo instrução apressadamente, sendo já conhecida a pretensão do governo de substituir no exército o armamento referido pelo antigo e condenado sistema Minié²⁰.

Na classe armada de terra era convicção que o plano do governo era dissolver o Exército para garantir o terceiro reinado. Lealmente devemos declarar que conquanto não fosse geral na 2ª Brigada o espírito revolucionário entre a sua oficialidade, a maioria julgava oportuno o momento de trabalhar com perseverança para o triunfo da solução que almejavam.

Apesar da confiança que a 2ª brigada e as Escolas de Guerra e Militar inspiravam ao Marechal Deodoro e a Benjamin Constant, foi resolvido, pelo capitão Menna Barreto, Tenente Sebastião Bandeira e alferes Joaquim Inácio, que se procurasse ouvir novamente o general Deodoro, ainda enfermo.

Foram todos, a pretexto de o visitar, na noite de 30 de outubro, à residência do general, onde tiveram ainda uma vez ocasião de ouvir de Deodoro, clara e positivamente, a sua resolução sobre a necessidade da mudança de forma de governo. No correr ainda da conversação tratou-se do embarque do 22º Batalhão de Infantaria, desejo este manifestado pelo Marechal, que dissera ser o único que convinha fazer retirar da guarnição desta capital. Ao despedirem-se, perguntou o capitão Menna Barreto se podiam congraçar mais elementos para levar a termo o empreendimento, ao que respondeu o Marechal de modo decisivo:

- **Podem** (grifo meu).

Estavam, pois, os fatos assim delineados, quando se reuniu aos iniciadores do movimento revolucionário o Major Frederico Sólton Sampaio Ribeiro (abaixo), que daí em diante secundou com dedicação os trabalhos dos seus companheiros, tendo tido também conferências com Deodoro e o com Benjamin Constant.



No dia seguinte, 31 de outubro, o Major Sólton e o Capitão Menna Barreto conferenciaram com o dr. Aristides Lobo, no escritório da rua do Rosário, ficando assentado que a revolução se faria, comprometendo-se Aristides Lobo a continuar na publicação de artigos incendiários.

Nesse ínterim, chega do Rio Grande do Sal o Capitão Trajano de Menezes Cardoso, que ali servia na Escola de Tiro, como instrutor, e dela fora retirado por iniciativa do presidente da província, afim de castigá-lo pelo mesmo se ter manifestado francamente republicano. O capitão Cardoso obteve transferência para o 9º de Cavalaria, reforçando assim o avultado número de batalhadores.

No dia 3, de acordo com os oficiais acima indicados e a convite destes, reuniram-se na residência do Major Sólton os capitães de infantaria Olímpio Ferraz e Manuel Joaquim Pereira, cujas opiniões já eram conhecidas, e o 1º Tenente Timóteo de Faria Correia; e ali trataram do modo pelo qual deveria realizar-se o movimento nos corpos de infantaria, afirmando aqueles capitães que podiam, com toda segurança, contar com o 7º batalhão.

No dia imediato, o Capitão Menna Barreto conferenciou no 1º Batalhão com os capitães Osório de Paiva, Bento Tomaz Gonçalves, Joaquim Baltasar da Silveira e com o Alferes secretário Napoleão Filipe Aché, tendo anteriormente já conferenciado com os capitães Minervino Tomé Rodrigues e Filomeno José da Cunha. Os referidos oficiais prometeram o seu apoio à 2ª Brigada, com exceção do Capitão Osório de Paiva, que não se mostrou contrário ao movimento, mas vacilou, declarando ser amigo do governo.

Antes já haviam também conferenciado os iniciadores do movimento com o Capitão Silvestre Rodrigues da Silva Travassos, que afirmou não estar satisfeito com o Marechal Deodoro, mas que, **entretanto, se ele se apresentasse novamente para defender os brios do Exército e pretender salvar a Pátria, podiam contar com os seus serviços** (grifo meu).

²⁰ Fuzil Minié é a designação dos mosquetes franceses de alma raiada, antecarga, calibre 14,8 mm.

No dia 4 (novembro) o Major Marciano de Magalhães, irmão de Benjamin, em conferência com o Capitão Menna Barreto, afirmou a este que a 2ª Brigada estava pronta para entrar em ação, mas o 2º Regimento tinha somente 200 tiros de canhão, ficando então aquele major de empregar os meios para que viesse de Campinho a munição necessária.

No dia 5 o dr. Aristides Lôbo prometeu 400 homens armados, que viriam de S. Paulo no dia aprazado, pedindo ao mesmo tempo providências no sentido de, pelo 10º regimento da guarnição naquela cidade, ser prestado aos seus correligionários paulistas todo o auxílio possível. No desempenho dessa missão, o Capitão Menna Barreto imediatamente dirigiu uma carta ao alferes daquele regimento Gaspar Adolfo Menna Barreto Ferreira, carta cujo conteúdo era o seguinte:

"Grandes acontecimentos vão ter lugar nestes poucos dias: apresente-se ao (Ir. Campos Sales, e forneça-lhe os esclarecimentos sobre os recursos com que poderemos contar nesse regimento. Critério e muito cuidado".

Nesse mesmo dia (5) o Major Sólon teve longa conferência com Deodoro, dela nada transpirando. Já no dia 3 ficara resolvida a reunião do Clube Militar para o dia 9, e constantes foram os esforços empregados pelos iniciadores do movimento para que a ela comparecesse o maior número possível de associados.

Era notável naquela ocasião o abandono em que estava o Clube, desde que nele se realizara uma reunião para receber a visita dos ministros da guerra, visconde de Maracajú, e da marinha, Almirante Barão do Ladário, logo após a ascensão do partido liberal; e ainda mais pelo desgosto que causara a moção apresentada pelo General Cunha Matos a qual, aprovada, colocaria o Clube em posição de um núcleo de "louvaminheiros"²¹, como diziam.

A moção fora mal-sucedida pela intervenção de Benjamin Constant, como também a segunda, apresentada pelo mesmo General Cunha Matos. Desde então, dissemos, arrefeceram os ânimos dos sócios do Clube, tornando-se assim espinhosa a tarefa daqueles que desejavam ter grande concorrência na reunião marcada para o dia 9. Teria o Clube Militar, em novembro de 1889, cerca de 120 sócios, sendo insignificante o número de oficiais superiores entre os seus associados. Tratando-se, pois, da realização de uma assembleia geral, foram propostos e aceitos na sessão de 5 um grande número de novos sócios.

Às 11 horas da noite do dia 6, o Capitão Menna Barreto, o Alferes Joaquim Inácio, os tenentes Saturnino Cardoso e Sebastião Bandeira, e o aluno da Escola de Guerra Aníbal Elói Cardoso, conferenciaram com o dr. Benjamin Constant em sua residência, achando-se presente o Major Marciano de Magalhães e um dos filhos do dr. Benjamin, tratando-se então do que convinha fazer-se no sentido de apressar o movimento, tomando-se medidas de cautela, de modo a agirem todos secretamente e com cuidado para não sacrificar o bom êxito de tudo que se planeara.

Ficou ainda assentado que à reunião do Clube presidiu a maior discrição, não deixando que o governo viesse perceber as intenções do Exército; e aconselhando-se mesmo, como prova de disciplina, o embarque do 22º Batalhão de Infantaria, precipitadamente mandado partir para o Amazonas.

Foi ainda nesta ocasião que o Tenente Bandeira declarou a Benjamin Constant que o General Almeida Barreto, por intermédio do capitão Galvão, se propunha aliar-se aos revolucionários e pedia que essa sua resolução fosse comunicada aos chefes do movimento: declaração esta que muito sensibilizou Benjamin Constant que, em presença do Capitão Galvão, se congratulou com os seus companheiros pela aquisição do experimentado veterano da guerra do Paraguai.

Houve um momento em que Benjamin Constant se mostrou preocupado, perguntando depois de uma breve pausa aos companheiros - o que se havia de fazer do "nosso imperador"? Os presentes conservaram-se silenciosos, quando foram interrompidos pelo Alferes Joaquim Ignacio²²:

- Exila-se.
- Mas, se resistir? replica Benjamim Constant.
- Fuzila-se, respondeu o Alferes Joaquim Ignacio.

²¹ Louvaminhas: elogios ou críticas em excesso. Bajulação.

²² Este alferes, Joaquim Ignacio Baptista Cardoso, pai de Leônidas Fernandes Cardoso e avô do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, era um dos Ajudantes de Ordens de Floriano Peixoto. Impressiona o fato dos mais antigos permitirem que um simples alferes pudesse emitir uma opinião desse quilate. É claro que isso jamais seria realizado. Seria assassinato puro e simples. Seu pai, o Capitão Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso, disse ao filho: **"Vocês fizeram a República que não serviu para nada. Aqui agora, como antes, continuam mandando os Caiado"** (Gomes, 2013, p. 31).

O dr. Benjamin Constant, não podendo ocultar o mau efeito que lhe havia causado tal opinião, disse entre um leve sorriso:

- Oh!... o senhor é sanguinário! Ao contrário: devemos rodeá-lo de todas as garantias e considerações, porque é um nosso patrício muito digno.

No dia 7, de novo reuniram-se, na residência de Benjamin Constant, os Srs. Quintino Bocaiúva, Major Sólton, e Capitão Menna Barreto, ficando assentado congregarem-se os chefes republicanos com o Marechal Deodoro, para se resolver a organização do governo provisório.

À formal declaração do Capitão Menna Barreto de que a revolução era segura, declarou o sr. Quintino que “se o exército assim não procedesse, teríamos terceiro, quarto e quinto reinados” (Rocha Pombo, 1953, vol. 5, p. 329).

No dia 9 realizou-se a assembleia do Clube Militar. Benjamin Constant assumiu o compromisso de apresentar aos seus pares uma solução honrosa para o país.

Tratavam ainda de outros assuntos quando o Tenente Sebastião Bandeira lembrou ao Marechal Deodoro a conveniência de mandar chamar os comandantes de corpos da 1ª Brigada e o próprio Ministro da Guerra - Visconde de Maracajú e aconselhá-lo a se retirar do governo para evitar que, como militar, sofresse as imprevistas consequências que poderiam advir da luta entre companheiros de classe. Com a retirada do Ministro da Guerra era, pois, de presumir que esse ato seria bastante para influir na aliança dos corpos de infantaria, porque o barão do Rio Apa, comandante da 1ª Brigada, e irmão do ministro da guerra, sentindo-se um tanto isolado, recuaria do seu propósito de defender o governo, resolução esta que traria o apoio de toda a brigada em prol dos revolucionários. O general, acedendo à lembrança, acrescentou que chamaria também Floriano Peixoto, mostrando-se o dr. Benjamin Constant muito satisfeito pela ideia de Deodoro, e declarando contar com a mais enérgica coadjuvação do ajudante-general, de quem fazia o melhor conceito.

No referido dia 11 à noite realizou-se, na residência do Marechal Deodoro, a reunião dos chefes republicanos Srs. Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Aristides Lobo, Wandenkolk, Frederico Lorena e Benjamim Constant, ficando assentado o auxílio do povo e da armada para o triunfo do empreendimento.

O dr. Benjamin Constant era tido em grande conceito por Deodoro, que o ouvia sempre com a mais profunda atenção; e a sua tenaz propaganda, os seus conselhos atuavam profundamente no ânimo do velho soldado. Nas respectivas conferências entre ambos, o dr. Benjamim, com a erudição e talento que lhe eram peculiares, punha diante dos sentimentos de classe do Marechal os atos do governo, convencendo-o assim da perseguição que se exercia contra o Exército, ofendendo-se-lhe os bríos de defensor da pátria, garantia da sua honra e da sua integridade.

Por outro lado, da sua cadeira de lente (professor), ensinava a seus discípulos as doutrinas democráticas, em hábil e inteligente propaganda²³, que o tornou estimado e até venerado pela mocidade mais inteligente e mais preparada do nosso exército.

Tendo-se propalado a notícia de o governo expedira ordens para que embarcasse, desarmado, para São Borja, no RS, o 2º Regimento de Artilharia, e chegando o caso ao conhecimento do Tenente Bandeira²⁴, dirigiu-se este ao quartel daquele regimento onde, entendendo-se com o Capitão Marques Porto, oficial de estado, acerca da alarmante notícia, assegurou ao referido oficial que podia o regimento contar com o apoio dos 1º e 9º regimentos de cavalaria, no sentido de opor formal recusa ao cumprimento de tão irritante ordem.

Pouco depois chegou ali o Capitão Menna Barreto que, secundando as afirmações do Tenente Bandeira, encontrou já a oficialidade reunida, declarando ainda mais em presença desta, de cadetes e inferiores, que os regimentos de cavalaria não consentiriam na ordem expedida pelo governo. O Major Lôbo Botelho, respondendo às declarações daquele oficial, assegurou que enquanto no quartel tivesse uma guarda ele e a oficialidade não embarcariam, como fora ordenado.

²³ Constant era professor de matemática, mecânica e astronomia. Aos alunos da Escola Militar agiu como verdadeiro subversivo, conspirador e defensor das teses comunistas/positivistas. Literalmente, “fez a cabeça dos alunos”, influenciando, pelo menos, na formação de duas gerações de oficiais, os mesmos que, coronéis no Tenentismo e generais em 30, pugnaram e foram os artífices da Revolução de 1930. Constant defendia que os militares deviam participar da política.

²⁴ Verdadeiro desvio de funções de um subalterno, conspirando e efetuando ligações espúrias, inclusive falando em nome de duas unidades. **Devia, sim, estar à frente de seu pelotão, na instrução militar.**

Faltou ao governo a necessária calma e previdência, e quem sabe se a verdadeira compreensão da situação melindrosíssima em que se havia colocado, exercendo violências, angariando cada vez mais antipatias entre as corporações militares de terra.

Não se poderá supor que fosse estranho de membros do governo o movimento que se tramava, apesar do cuidado e do sigilo que os conspiradores guardavam no intuito natural de evitar o fracasso da planeada revolução.

As ações dos militares

No dia 12 reassumiu a pasta da Guerra o Visconde de Maracajú, que se achava enfermo havia cerca de dois meses, tendo nesse dia comparecido à conferência ministerial realizada na secretaria do Império. Nessa conferência, o ministro da Agricultura chamou a atenção do da Guerra e de outros colegas de gabinete para os insistentes boatos, que corriam, de sublevação militar e para a conveniência de desmentir por meio da imprensa as ordens sobre embarque de batalhões para fora desta capital e medidas repressivas contra oficiais do Exército.

Alguns dos ministros tinham recebido cartas anônimas, denúncias de conspiração; mas ainda assim acharam desnecessários desmentidos ou declarações sobre o assunto. À noite, o Visconde de Maracajú, em conferência com seu irmão o barão do Rio Apa combinou entregar o comando geral da Brigada de Infantaria ao Brigadeiro Almeida Barreto.

Na manhã daquele dia (12) o General Inocêncio Veloso Pederneiras, bravo e brioso militar, veterano do Paraguai, procurou o Tenente Sebastião Bandeira, a quem ofereceu o seu concurso²⁵ para o bom êxito da revolução, que lhe era muito simpática porque faria abortar os planos do conde d'Eu relativos ao estabelecimento do 3º reinado.

Ao anoitecer do dia 13, o Tenente Sebastião Bandeira, dirigindo-se, pela imperial Quinta da Boa Vista, em caminho para a residência do dr. Nelson, encontrou-se com o Capitão Marques Pôrto, do 2º Regimento de Artilharia, e juntos foram conferenciar com o Capitão Galvão, o qual declarou que, por intermédio do 1º Sargento Manuel Antônio de Barros, em serviço no quartel de polícia de Estácio de Sá, os conspiradores seriam informados de qualquer movimento por parte das praças daquela corporação.

Às 4 horas da tarde, o Capitão Hermes Rodrigues da Fonseca, também conspirador, dirigiu-se ao quartel do 1º Regimento de Cavalaria, convidando o tenente-coronel comandante João Batista da Silva Teles, a comparecer na residência do Marechal Deodoro, que tinha a maior urgência de falar-lhe. Voltando ao quartel, declarou Teles ter conferenciado com Deodoro.

Motivou aquele convite, segundo informações que obtivemos, o seguinte: dois dias antes da revolução, a 13, o Tenente Sebastião Bandeira, encontrando-se com o Capitão Hermes, pediu-lhe que comunicasse ao Marechal Deodoro a atitude daquele comandante, opondo-se inteiramente à conspiração pois que, na ausência de oficiais, tentara inutilizar os trabalhos feitos, já ameaçando castigar com rigor os inferiores (subalternos) comprometidos no movimento, já prometendo-lhes promoções nas vagas abertas pelos oficiais conspiradores, que seriam infalivelmente inutilizados²⁶.

É sabido que o Tenente-Coronel Silva Teles, depois da conferência com Deodoro, fora visto entrar na residência do ajudante-general do exército (Floriano), com quem teve segunda conferência. Em abono da verdade, devemos aqui consignar, por termos ouvido de vários conspiradores, que Silva Teles, desde que bem avaliara a situação, e se convencera de que a revolução seria inevitável, jamais regateara serviços à República, e antes fora dedicado em extremo às instituições. A sua atitude é justificada. Ele não era político; **limitava-se ao cumprimento dos deveres militares como oficial disciplinado, que o era desde a campanha do Paraguai** (grifo meu).

No dia 14, reuniram-se, na casa do Capitão Espírito Santo, o Tenente-Coronel Benjamin Constant, o Major Sólton Ribeiro, o Brigadeiro Almeida Barreto e outros, sendo declarado pelo dr. Benjamin que o movimento se daria no dia 18: ao que se opôs formalmente o Major Sólton. Quando este e o Capitão Espírito Santo assentaram realizar uma conferência com o tenente-coronel Silva Teles, não a levaram a efeito por ter sido o Major Sólton chamado pelo ajudante-general do Exército, Floriano Peixoto.

²⁵ Aqui temos um general oferecendo ao tenente a sua colaboração. Uma inversão. Absurdo total.

²⁶ Aqui temos uma projeção extremamente grave. Os conspiradores, uma vez vencidos, seriam "inutilizados", ou seja, expulsos do Exército, na pior hipótese.

O ajudante-general ordenava que o 9º Regimento de Cavalaria e o 2º de Artilharia fossem aquartelar na Escola Militar, na Praia Vermelha, no dia 15.

O Alferes do 10º regimento Daniel Acioli de Azevedo e Silva, tendo de partir para São Paulo na tarde daquele dia (14) conferenciou com o Capitão Mena Barreto no Largo de São Francisco de Paula. Este, passou ao primeiro instruções acerca de como devia proceder no sentido de agitar os ânimos naquele regimento, trabalho este já iniciado com resultado pelo Tenente Gustavo Borba, de acordo com o dr. Campos Sales.

Ainda às 6 horas da tarde, mais ou menos, do dia 14, o Capitão Menna Barreto e o Tenente Sebastião Bandeira conferenciaram com o General Inocêncio Pederneiras, na residência deste, solicitando que chamasse seu filho Aquiles Pederneiras, capitão do 1º Batalhão de Artilharia para auxiliar o movimento, e prevenisse ao Tenente-Coronel Medeiros Mallet que convinha apressar os trabalhos.

O Visconde de Maracajú por vezes, em conferência com o ajudante-general Floriano Peixoto, interrogou-o sobre esses boatos, recebendo deste *“afirmações de que completa tranquilidade e ordem reinava nas forças da guarnição desta capital. No dia 14, porém, à nova e insistente interrogação do ministro da guerra, o general Floriano declarou: (Rocha Pombo, 1953, vol. 5, p. 332):*

- Estamos sobre um vulcão (idem) (grifo meu).

O ministro da guerra estranhou essa declaração tardia, e depois de dar várias ordens, dirigiu-se para a residência de seu irmão o barão do Rio Apa, na rua da Lapa, onde iria passar a noite. Às 2 horas da madrugada, tendo sabido pelo seu ajudante de ordens, Tenente Jacutinga, que algo se passava nos quartéis de São Cristóvão, dirigiu-se a pé para a brigada policial, onde deu ordens, providenciou para que o General Pêgo viesse para o Campo de Sant'ana com 11 bôcas de fogo, e seguiu, ainda a pé, para o Arsenal de Marinha, onde já se achavam reunidos os Srs. Visconde de Ouro Preto, Barão do Ladário, Cândido de Oliveira e Lourenço de Albuquerque. Dali saiu, e foi para a Secretaria da Guerra, pois que, tratando-se de movimento de forças do Exército, ele devia achar-se nesse lugar.

A atitude do Major Frederico Sólton Sampaio Ribeiro

Às 3 horas da tarde, ainda de 14, o Major Sólton, que estava em sua residência, calmamente dirigindo-se à sua esposa, uma digna e respeitabilíssima senhora, disse-lhe :

A - Quero jantar apenas um bife.

Depois dessa frugal refeição, vestiu uma calça e paletó cor de havana com minúsculos pontos brancos; colocou à cabeça um chapéu de feltro preto, assentou sobre o nariz uns óculos azuis, e deixou a residência, dizendo que ia conferenciar com o Marechal Deodoro. Tal não fez, porém. Dirigiu-se para a cidade (centro), saltando de um bonde no largo de São Francisco de Paula. Ali, notou a presença de vários grupos de desconhecidos populares, e, dirigindo-se a um deles, disse que andava à procura dos Srs. Quintino Bocaiúva, Aristides Lôbo e outros para avisá-los de que o governo havia mandado prendê-los como já ordenara a prisão do Marechal Deodoro, dr. Benjamin Constant e outros. Este boato premeditado, como é natural, tomou vulto, e dentro em pouco repercutiu em todos os pontos da cidade, espalhando-se como verdadeiro no interior dos quartéis. Esta atitude, deplorável, teve enormes consequências.

Enquanto isso, o Imperador descia de Petrópolis para assistir a um Concurso de inglês no Colégio Pedro II. Dizia ele que: “Da seriedade dos concursos dependia a boa ordem do Estado” (Calmon, 1975, p. 272). Sábias palavras do Imperador. No mesmo dia retornou a Petrópolis.

O 15 de Novembro

Só faltava a explosão da bomba preparada. Desde alguns dias não eram estranhos nas esferas oficiais os boatos de um sério movimento das tropas contra as instituições.

Na manhã de 14 de novembro fora o governo informado de que a sedição se daria no dia seguinte ou, no mais tardar, no dia 16. Tinham na verdade os chefes aprazado o movimento para aquela noite de 15 para 16; porém tudo se antecipou em consequência do fato a que nos referimos.

Como o Major Frederico Sólton receasse os inconvenientes de um adiamento, ao cair da noite do dia 14 espalhou ele mesmo, como acabamos de ver, na rua do Ouvidor o boato de ter o governo ordenado a prisão do Marechal Deodoro e do dr. Benjamin Constant, bem como o embarque do 7º Batalhão de Infantaria e do 9º Regimento de Cavalaria.

Passou em seguida aos quartéis da segunda brigada, que estava em São Cristóvão, onde referiu aqueles boatos como se fossem verdades certas, e se entendeu com os oficiais, que sem demora começaram a aprontar os respectivos corpos²⁷ (grifo meu).

Informado deste movimento, o dr. Benjamin (que já se tinha retirado para a sua residência e estava dormindo) mandou aviso de tudo ao Marechal Deodoro, e seguiu em um carro para São Cristóvão, onde encontrou a 2ª Brigada prestes a marchar, e com ela se pôs a caminho para a cidade.

Conforme Glauco Carneiro (1965, 1º vol., p. 42), Constant teria dito a Silva Teles:

“Ora, Graças a Deus, chegou o dia em que havemos de mostrar que o Exército tem dignidade”. E, logo em seguida: “Meus senhores, preparemo-nos para vencer ou morrer. Mas guardemos o último cartucho para fazermos saltar os miolos, caso sejamos vencidos na luta contra este govêrno infame”.²⁸

O aviso do que estava acontecendo havia chegado à casa do Marechal Deodoro, que passara uma noite de horríveis sofrimentos e que, a princípio, recusou acreditar no que lhe diziam. Convicto, porém, da verdade do fato, levantou-se a toda pressa, como se não estivesse doente, entrou em um carro, e seguiu, veloz, para São Cristóvão. Encontrando no caminho a 2ª Brigada, incorporou-se a ela, e com ela regressou para a cidade, indo fazer alto na praça Onze de Junho.

Um destacamento de alunos da Escola Superior de Guerra participou das ações, comandado pelo Capitão Vespasiano de Albuquerque (Carneiro, 1965, p. 43).

Do lado do govêrno passavam-se as coisas como segue.

O mesmo boato de prisão contra o Marechal Deodoro e contra o dr. Benjamin e, ainda, os preparativos da segunda brigada, deram o alarme no campo imperial.

O hábil chefe de polícia, dr. Basson Osório, havia tudo pressentido, e estava tomando as medidas que o caso exigia.

Avisados por ele, cerca de 11 horas da noite, os ministros dirigiram-se sucessivamente para a repartição da polícia, Arsenal de Guerra e Arsenal de Marinha. Neste último lugar, acharam-se quase todos reunidos pouco antes de alvorecer o dia 15.

Importante destacar que, perguntado, Deodoro teria dito, em relação ao Imperador: “Tem minha dedicação: sou seu amigo, devo-lhe favores”. E mais, após a prisão de Ouro Prêto (a seguir), Deodoro dera um “Viva o Imperador”. Alguém lhe perguntou se estava proclamando a república. Respondeu: “O Imperador governaria enquanto quisesse”.

Estes diálogos revelam muito do que estava acontecendo. Adiantando um pouco o assunto pode-se dizer que Deodoro não queria depor o monarca, mas tão somente destituir Ouro Prêto. Somente isto. Mas foi convencido, ou vencido, por Quintino e Constant. Continuando...

Do Arsenal de Marinha passaram todos para o Quartel-General do Exército (Ministério da Guerra) que tem um grande pátio no interior, e a frente para o Campo da Aclamação. Nesse pátio, e à frente do QG formaram as forças com que o governo contava, em torno de 2.000 homens. Quase ao mesmo tempo chegaram o Barão de Loreto e o conselheiro Lourenço de Albuquerque. Então, o Barão de Ladário, saindo do QG, dirigiu-se para o Arsenal de Marinha afim de tomar algumas providências.

O Marechal Deodoro, que fizera alto na praça Onze de Junho, e desejava saber o que havia no Campo da Aclamação, enviou para lá o Capitão Godolfim, do 1º Regimento de Cavalaria, com uma escolta de oito soldados armados de carabinas. Postou-se Godolfim em frente ao portão principal do quartel, e logo voltou a informar isso ao Marechal Deodoro. Este ordenou então às forças que seguissem para diante, e na esquina da rua Visconde de Itaúna, montado a cavalo, colocou-se à testa da coluna.

Ao entrar no Campo, quando passava à frente das forças de polícia da corte e de imperiais marinheiros, que acabavam de ser colocados no ângulo em que se acha a estação da estrada de ferro, o marechal virou energicamente para eles, e vendo-os indecisos, perguntou com voz de comando:

- Então não fazem continência? Nesse momento, o Major Valadão, que comandava a infantaria de polícia, ergueu um viva ao Marechal Deodoro, viva que foi correspondido; e então a tropa prestou a continência.

²⁷ Uma grande mentira, que deu origem à tudo que se seguiu. Lamentável que um major do EB se prestasse a uma falsidade dessas. Uma vergonha. F. Sólton Sampaio R., não honrou o nome do legislador e estadista ateniense, muito menos o nome do Patrono da Infantaria Brasileira.

²⁸ Os ânimos revolucionários não eram dirigidos ao Imperador e sim ao Primeiro-Ministro Ouro Prêto, lembrando que esta foi a primeira experiência parlamentarista na História do Brasil.

Este fato, embora pequeno em si, teve grandes consequências, e pode se afirmar que foi um grande passo para o triunfo dos republicanos.

Estava neste íterim o Brigadeiro Almeida Barreto dispondo as forças do governo sob o seu comando, no ângulo correspondente à estrada de ferro, onde essas forças permaneceram impassíveis até o desfecho do drama.

O Marechal Deodoro mandou desenvolver a 2ª Brigada em frente ao QG, e determinou que as quatro peças de artilharia da esquerda obliquassem em direção às forças do governo para mantê-las em respeito. Foi neste momento que apareceu no Campo o coupé (carruagem fechada) do Barão de Ladário que voltava afim de reunir-se aos outros ministros. Ao vê-lo, o marechal exclamou:

- É um coupé de ministro... É o Ladário !...

Passados alguns segundos, disse em voz baixa ao Tenente Adolfo de La Peña:

- “Prenda o barão”. Erro grave de Deodoro em mandar um tenente prender um Barão...

Partindo a galope, saltou o tenente do cavalo, e intimou a ordem de prisão a Ladário no instante em que este saía do carro: “Considere-se V. Exa. preso, Sr. Ministro”!

Ladário respondeu: “não aceito ordens senão de meu governo”. Em seguida, tirou do bolso um revólver, apontou e disparou contra o tenente quase à queima-roupa, mas a arma negou fogo. Fazendo La Peña um movimento instintivo, apresentou o flanco ao barão, e resguardou a cabeça com o braço esquerdo, enquanto com a mão direita sacava o revólver da cintura e disparava contra o ministro da marinha.

Tendo o Marechal Deodoro se dirigido para o grupo, o barão (Ladário) disparou contra ele, que sentiu passar-lhe a bala pelo lado direito da cabeça (grifo meu).

Já o barão se ia retirando quando o piquete do marechal lhe disparou alguns tiros. Então apressou o passo, e foi cair perto do armazém da esquerda, no canto da rua São Lourenço, onde tratou de entrar, mas houve quem de dentro se opôs e fechou a porta. Diversos soldados quiseram matá-lo a coronhadas, mas Deodoro acudiu bradando:

- Soldados, não matem o barão! Passando junto dele (Ladário) Carlos Vieira Ferreira, aluno do 6º ano do Externato Pedro II, e vendo por terra, isolado e estendido sobre a calçada um dos mais nobres caracteres da monarquia, aproximou-se dele, e pediu a alguns homens do povo que o ajudassem a conduzir aquele herói para alguma casa em que fosse recolhido e medicado. Levaram-no para o palacete Itamarati. Correu então aquele moço à farmácia mais próxima, sita à rua São Joaquim, e pediu que mandassem um médico socorrer o ministro ferido. Foi este moço que, segundo relatou, ouviu as palavras proferidas pelo barão ao cair: “Cumprido o meu dever”. E as palavras de Deodoro: “Soldados, não matem o barão”.

Os médicos que acudiram foram os drs. João Cância e Rêgo César, os quais lhe prestaram os primeiros socorros. Passado algum tempo, levaram-no em uma padiola até um bonde fechado da linha das Laranjeiras, no qual seguiu para sua residência. Os médicos que ali o trataram disseram que ele recebera uma ferida na testa, outra na região sacro-ílfaca direita, duas na coxa esquerda, e diversas contusões na perna esquerda²⁹.

Voltou então o Marechal Deodoro com seu estado-maior a colocar-se na frente do portão central do quartel, e ali recebeu aviso de que a metralhadora que a gente do governo levava para dentro do quartel, estava à sua disposição, visto que o oficial que a comandava pertencia aos insurgentes.

Nesse mesmo lugar conferenciou o marechal com o Brigadeiro Almeida Barreto, que logo voltou a colocar-se na frente das forças do governo. Foi depois desta conferência que Deodoro ordenou ao Tenente-Coronel Silva Teles que fosse intimar aos ministros que, abandonando o poder, se entregassem.

Desceu do quartel momentos depois o Ajudante-General Floriano Peixoto, que por alguns minutos falou com Deodoro, o qual, seguido pelo mesmo ajudante-general e por diversos oficiais, penetrou a galope pelo portão do QG a dentro, não sem antes gritar ao Capitão Pedro Paulo da Fonseca Galvão: “Abra isso! Abra isso!. Ao chegar em frente da metralhadora, disse sorrindo:

- Tirem daqui esse trambolho.

²⁹ Tivemos aqui um Barão da monarquia - José da Costa Azevedo, militar, nobre, diplomata e político brasileiro que reagiu armado à revolução republicana. Foi ministro da Marinha, deputado geral e senador da República de 1894 a 1897 e de 1903 a 1904. No Mato Grosso, a base naval deu ao barão o seu nome - Ladário. O nome é uma homenagem à terra natal (em Portugal, distrito de Viseu) do fundador da localidade, Dom Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, militar e administrador colonial português, Capitão-general da capitania de Mato Grosso (1772/78).

A guarnição retirou sem demora a máquina de guerra. Ao passar pela frente do 7º Batalhão de Infantaria, mandou tocar a música. Conforme Glauco Carneiro foi o então Hino Nacional, que não é o de hoje. Deu neste momento um capitão desse corpo um viva ao marechal, viva correspondido por toda a tropa que se achava dentro do quartel, à qual Deodoro passou revista, recebendo as honras do seu posto. Levou em seguida as forças para fora do quartel indo postá-las em coluna na frente do portão do edifício.

Os ministros estavam dentro do quartel consultando, consternados.

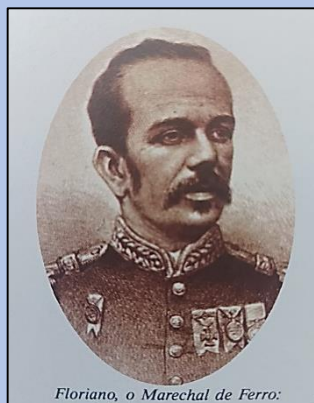
Quando se apresentou o Tenente-Coronel Teles, o visconde de Ouro-Preto perguntou-lhe:

- Que querem os senhores?

Ao que respondeu Teles:

- A brigada quer a retirada do ministério.

- Senhor ajudante-general - disse então o visconde em tom imperativo a Floriano - faça retirar o marechal Deodoro. Em que caráter vem ele aqui com força armada? Disponha da força que ali está, senhor ajudante-general.



Floriano, o Marechal de Ferro.

O General Floriano (ao lado) buscou ganhar tempo, indo e vindo da sala dos ministros para a varanda contígua, descendo as escadas, percorrendo a cavalo a frente da força estacionada no pátio do interior do quartel, etc., etc. Percebendo Ouro Prêto esta indecisão, dirigiu-se ao General Almeida Barreto, dizendo-lhe:

- General, ali está o Marechal Deodoro revoltado contra o governo; faça-o retirar daqui. Cumpra o seu dever, que eu saberei cumprir o meu.

- V. ex. verá como eu sei cumprir os meus deveres! respondeu o General Barreto, dando à sua voz um tom de ironia.

E retirou-se, firmemente resolvido a não trair os seus camaradas.

Dirigiu-se em seguida Ouro Prêto de novo ao General Floriano juntamente com o ministro da guerra (Visconde de Maracajú) e a ambos ordenou que rechaçassem o Marechal Deodoro. Ao ouvir esta ordem, o jovem Tenente de cavalaria Filipe Câmara, ajudante de ordens de Floriano e filho do visconde de Pelotas, disse ao ministro com vivacidade:

- Senhor ministro, v. ex. já refletiu bem sobre as ordens que está dando? Elas podem produzir uma horrível e inútil carnificina!

- Este oficial - disse então o primeiro ministro ao seu colega da guerra - faltou ao seu dever: cumpra v. ex. o seu.

- Senhor ministro, v. ex. já refletiu bem sobre as ordens que está dando? Elas podem produzir uma horrível e inútil carnificina!

- Este oficial - disse então o primeiro ministro ao seu colega da guerra - faltou ao seu dever: cumpra v. ex. o seu.

Insinuava deste modo a prisão imediata do Tenente Câmara. Informado do cargo que o tenente exercia junto ao ajudante-general, e conhecendo daí que também este alto funcionário devia estar animado dos mesmos sentimentos de benevolência para com os seus camaradas - de revolta, sentiu cair a venda dos olhos, e compreendeu todo o alcance do perigo que corriam o governo e, talvez, as próprias instituições monárquicas. Quis, todavia, fazer um esforço supremo perante o General Floriano, buscando estimular-lhe os brios. Disse-lhe, pois, com ênfase:

- General, já o senhor no Paraguai era um valente, e tomava bocas de fogo ao inimigo. Faça agora outro tanto tomando aquelas que ali estão.

E apontou para aquelas que comandava o Marechal Deodoro.

- **As bocas de fogo no Paraguai, sr. ministro - replicou Floriano - eram inimigas: aquelas que v. ex. está vendo são brasileiras... Fique v. ex. sabendo mais que estes galões que trago nos punhos foram ganhos nos campos de batalha, e por serviços prestados à nação, não a ministros** (grifo meu).

Esta resposta categórica dissipou as últimas dúvidas que ainda podiam pairar no espírito de Ouro-Prêto; o qual, depois de ouvir a cada um dos outros ministros, dirigiu ao imperador, que estava em Petrópolis, o seguinte telegrama:

"O ministério, sitiado no quartel-general da guerra, à exceção do sr. ministro da marinha, que consta estar ferido em uma casa próxima, e diante das declarações dos generais visconde de Maracajú, Floriano Peixoto e barão do Rio-Apa, de que não inspira confiança a força que têm, e que não há possibilidade de resistir com eficácia à intimação de exoneração feita pelo marechal Deodoro, apesar das ordens que para a resistencia se deram, vem depor nas mãos de V. M. o seu pedido de exoneração".

Já ao romper do dia, e antes que Deodoro se apresentasse para intimar ao ministério a sua demissão, o visconde de Ouro Preto havia enviado ao monarca o seguinte telegrama: “Dois batalhões revoltados. Venha”. Mas este primeiro telegrama não chegou às mãos do imperador senão juntamente com o segundo, às 10 horas da manhã.

Logo que o General Floriano viu o primeiro ministro redigir o telegrama para o imperador dando-lhe parte da deposição do ministério, foi ele mesmo comunicar ao Marechal Deodoro a agradável notícia, e convidá-lo para subir até à sala em que se achavam os ministros demissionários. Ali, Deodoro dirigiu-se particularmente ao Visconde de Ouro Preto, e censurou-lhe o proceder e o de seus companheiros de ministério, dizendo-lhe:

- V. ex. e seus colegas estão demitidos por haverem perseguido oficiais do exército e revelarem o firme propósito, em que estavam, de abaterem, ou mesmo dissolverem o próprio exército. Os senhores não têm nem nunca tiveram patriotismo. Patriotismo tem tido o exército, e disso deu provas exuberantes durante a campanha do Paraguai, onde sofreu vicissitudes de toda espécie.

- A vida política, sr. general - tem também os seus dissabores respondeu o visconde de Ouro Preto - e a prova a tenho agora mesmo. V. ex. me fará justiça um dia.

O Marechal Deodoro enumerou então todos os casos de perseguição ou provocação do seu governo contra oficiais do exército; e terminou dizendo-lhe, assim como ao senador Cândido de Oliveira (o qual havia sido um dos autores dos avisos que proibiam aos oficiais a discussão pela imprensa):

- Os Srs. dois ficam presos, e serão deportados para a Europa.

Tendo, porém, o General Floriano intervindo em favor da liberdade deles, foi-lhes permitido, como aos outros, retirarem-se em paz. Tendo um deles pedido garantias, Deodoro respondeu: - “Estão garantidos pelo desprezo público”.

A importante declaração de Deodoro na ocasião foi a seguinte: “Fica proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo da Nação brasileira a República Federativa” (SILVA, 1989, p. 6). E, a seguir, retirou-se ele do local.

Conforme a Revista Veja, Edição Especial dos 100 anos da República, sem confirmação:

Ao descer para o térreo e montar a cavalo, Deodoro recebeu aclamações delirantes, aplausos e vivas. O Capitão Antônio Adolfo Menna Barreto deu tantos "vivas" que acabou tendo um mal-estar. Sabe-se, no caso, que Menna Barreto dava vivas à República, mas várias testemunhas da cena afirmam que **em nenhum momento o líder máximo da revolta triunfante, Deodoro da Fonseca, proclamou a República.** O Tenente Sebastião Bandeira notou que aqueles eram o local e o momento apropriados para se proclamar a República e disse isso a Benjamin Constant. Este, então, sussurrou algo no ouvido de Deodoro e tranquilizou o Tenente Bandeira. "Descanse, a nossa causa triunfou", disse. Um oficial, em seguida, deu um outro viva à República. "Deixe ao povo essa manifestação", repreendeu Deodoro. Constatando que a derrubada da monarquia estava mal-parada, o Major Sólton teria dito a Deodoro que só embainharia a espada se ele proclamasse a República. Os deodoristas mais fanáticos garantem que o marechal deu um viva à República nesse momento (Veja nº 37, 1989, p. 22, capa abaixo)³⁰.

O General Antônio da Rocha Almeida, entretanto, afirma que Deodoro, ao montar em um cavalo emprestado, um baio³¹, teria retirado o boné da cabeça e, agitando-o, teria dito “Viva a República”. Hélio Silva levanta uma outra versão: Deodoro teria dito (não gritado): “Viva o Imperador”. Dúvida perene.

Suspeitando, todavia, mais tarde o Marechal Deodoro que o governo deposto tramava alguma reação, **mandou prender Ouro Preto e Cândido de Oliveira** (grifo meu). Este último só foi encontrado às 10 horas da noite; aquele foi achado e preso na casa do barão de Javari, de onde o levaram para o quartel do 1º Regimento de Cavalaria em São Cristóvão.

Com o intuito de certificar-se bem a respeito das disposições da armada, e de sondar o espírito da população civil, empreendeu agora o Marechal Deodoro um passeio pela cidade.

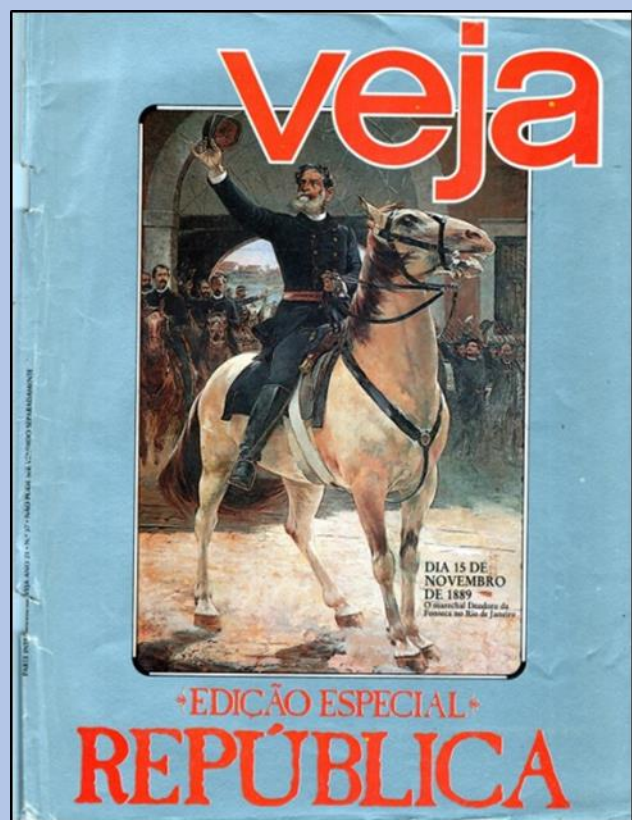
³⁰ Não há confirmação de outras fontes em relação a esta passagem. Se a revista da Editora Abril estiver certa, a república foi somente “vivada” mas não proclamada.

³¹ Desde então, no 1º RCGd, Rio, existe sempre um “sósia” do cavalo baio nº 6, emprestado a Deodoro pelo Alferes Eduardo Barbosa no dia 15 de novembro. Atualmente, é o cavalo de nome Âmbar do Rincão, montado sempre pelo Comandante do Regimento (ver foto ao final).

Logo depois da deposição do ministério, e antes que os ministros se retirassem, colocou-se o marechal à testa de todas as forças da revolta, e desfilou pelas ruas mais frequentadas da cidade em direção ao Arsenal de Marinha.

Antes que a coluna se pusesse em marcha, vieram reunir-se a ela o 10º Batalhão de Infantaria, ao comando do Coronel Jacques Ourique, e o corpo de alunos da Escola Militar, às ordens do Major Marciano Botelho e do Capitão Vespasiano de Albuquerque.

O primeiro destes corpos havia sido enviado pelo ministério com ordem de parar no largo da Lapa afim de impedir que aqueles alunos viessem fazer junção com a força do Marechal Deodoro. Porém, os respectivos comandantes fraternizaram; e marchavam todos para o QG, quando ao entrarem no Campo da Aclamação, receberam a notícia da submissão do ministério.



No arsenal de marinha foi o Marechal Deodoro muito amavelmente recebido pelo chefe Wandenkolk e pelo Barão de Santa Marta, ajudante-general da armada.

Durante todo este passeio pelas ruas, foram contínuas as aclamações e as mais ruidosas manifestações de regozijo. Os gritos contínuos que se ouviam de todos os lados eram: Viva o general Deodoro! Viva o exército! Viva a armada! Viva a República Brasileira! Viva liberdade!

Nem uma só palavra em favor da monarquia! Não houve rixas, nem vinganças! Nada! Não se derramou uma gota de sangue. Foi ao ver tudo isto que Aristides Lôbo exclamou (em carta de 17 de novembro ao Diário Popular de São Paulo): “O povo assistiu bestificado à proclamação da República!”.

Pelas três horas da tarde grande massa de povo penetrou no edifício da Câmara Municipal, onde o vereador José do Patrocínio pronunciou um discurso. Lavrou-se em seguida uma ata, que com imenso concurso de povo foi levada ao conhecimento do Marechal Deodoro. Nela se declarava aos representantes do exército e da armada que o povo reunido em massa na câmara municipal **proclamara o governo republicano e pedia a sanção deste ato proclamando imediatamente a**

República (grifo meu).

A José do Patrocínio, que apresentara a moção, declarou Benjamin Constant que o voto solene do povo seria tomado na devida consideração.

Ao receber os telegramas já mencionados, partiu de Petrópolis o imperador e, às 13 horas, chegou à estação de São Francisco Xavier com uma pequena comitiva. Encontrou ali três carros do paço, mas sem o piquete imperial. Afim de evitar o barulho do centro da cidade, seguiu por Mataporcos, rua do Riachuelo, e praia de Santa Luzia.

Lia-se na sua fisionomia a maior aflição; e ligeiro tremor vergava-lhe o corpo. Por seu lado, a princesa imperial (Isabel) e seu esposo (Conde D’Eu), que estavam dirigindo os preparativos para o baile, que no dia seguinte iam oferecer aos oficiais chilenos no palácio Isabel (Ilha Fiscal), apenas tiveram notícia da revolução e da sua vitória, passaram a embarcar com seus três filhos na enseada de Botafogo, em uma lancha a vapor que o barão do Catete mandara buscar, e seguiram para o palácio da cidade, onde já estavam seus pais. Seus três filhos pequenos foram para um navio de guerra e, em seguida, para Petrópolis.

Logo se apresentaram no paço diversos senadores, antigos ministros, amigos da família imperial, etc., etc. Conferenciaram com o imperador vários homens de Estado. Ouro Preto, sendo chamado, insistiu pela sua demissão, que obteve com muita dificuldade, retirando-se em seguida para a casa do barão de Javari, onde, como já se disse, foi preso.

Tendo o imperador manifestado o desejo de conferenciar com o Marechal Deodoro, dirigiram-se para a casa dele, no Campo da Aclamação, os senadores Dantas e Correia os quais, na volta, contaram que não tinham logrado falar com o marechal, mas que haviam sabido de pessoas dignas de fé estar já definitiva-

mente organizado o governo provisório, e feitas as nomeações das principais autoridades; **que a deliberação tomada tinha por origem a falta de confiança do Exército nos partidos monárquicos**; que constava terem diversas províncias aderido ao movimento, etc., etc.

Ainda assim os homens da monarquia, afim de organizar novo gabinete, lembraram o nome do conselheiro Gaspar da Silveira Martins; mas ele estava no Rio Grande do Sul, e já de viagem para o Rio. Propuseram Andrade Figueira, que não aceitou; chamaram afinal o conselheiro Saraiva, que fez depender a sua aceitação de uma entrevista com o Marechal Deodoro, a quem dirigiu uma carta; porém Deodoro, que já estava de cama e dormindo, respondeu:

- Diga ao Saraiva que é tarde.

Retiraram-se os estadistas, e profundo silêncio reinou na residência imperial.

Estava, porém, o paço circundado por numerosas praças de infantaria comandadas por um capitão e dois tenentes, que postaram guardas em todas as portas com ordem de não deixar entrar pessoa alguma sem uma licença especial.

Pelas duas e meia da tarde do dia 16, o Major Sólón, comandante interino do 9º Regimento de Cavalaria, e o tenente do 1º regimento da mesma arma, Sebastião Bandeira, foram, com um piquete de cavalaria, e em grande uniforme, levar ao imperador, no paço da cidade, a mensagem do governo provisório, que ordenava a sua deposição e retirada do país dentro de 24 horas.

Dom Pedro disse que mais tarde daria por escrito a resposta. Esta foi, horas depois, entregue pelo próprio Dom Pedro ao Major Sólón, que a levou ao ministro da guerra.

A mensagem do Marechal Deodoro a Dom Pedro II:

"Senhor, os sentimentos democráticos da nação, há muito tempo parados, mas despertados agora pela mais nobre reação de caráter nacional contra o sistema de violação, de corrupção, de subversão de todas as leis, exercido em um grau incomparável pelo ministério 7 de Junho; a política sistemática de atentados do governo imperial, nestes últimos tempos, contra o exército e a armada, política odiosa à nação, e profundamente repelida por ela; o esbulho dos direitos dessas duas classes, que em todas as épocas têm sido, entre nós, a defesa da ordem, da Constituição, da liberdade e da honra da pátria; a intenção, manifesta nos atos dos vossos ministros, e confessada na sua imprensa, de dissolvê-las e aniquilá-las, substituindo-as por elementos de compreensão oficial, que foram sempre, entre nós, objeto de horror para a democracia liberal, determinaram os acontecimentos de ontem, cujas circunstancias conheceis, e cujo caráter decisivo certamente podeis avaliar. Em face desta situação, pesa-nos dizer-vos, e não o fazemos senão em cumprimento do mais custoso dos deveres, a presença da família imperial no país, ante a nova situação que lhe criou a revolução irrevogável do dia 15, seria absurda, impossível e provocadora de desgostos, que a salvação pública impõe a necessidade de evitar. Obedecendo, pois, às exigências urgentes do voto nacional, com todo o respeito devido à dignidade das funções públicas que acabais de exercer, somos forçados a notificar-vos que o governo provisório espera do vosso patriotismo o sacrifício de deixardes o território brasileiro, com a vossa família, no mais breve tempo possível. Para esse fim, se vos estabelece o prazo máximo de 24 horas, que contamos não tentareis exceder. O transporte vosso e dos vossos para um porto da Europa correrá por conta do Estado, proporcionando-vos para isso o governo provisório um navio com a guarnição militar precisa, efetuando-se o embarque com a mais absoluta segurança de vossa pessoa e de toda a vossa família, cuja comodidade e saúde serão zeladas com o maior desvelo na travessia, continuando-se a contar-vos a dotação que a lei vos assegura, até que sobre esse ponto se pronuncie a próxima Assembleia Constituinte. Estão dadas todas as ordens afim de que se cumpra esta deliberação. O país conta que sabereis imitar, na submissão aos seus desejos, o exemplo do primeiro imperador, em 7 de Abril de 1831. Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1889. - Manuel Deodoro da Fonseca".

Esta foi a resposta de Dom Pedro II:

"À vista da representação, que me foi entregue hoje, às 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir com toda a minha família para a Europa, amanhã, deixando esta pátria de nós estremecida, à qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação durante quasi meio século, em que desempenhei o cargo de chefe de Estado. Ausentando-me, pois, eu com todas as pessoas de minha família, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade. Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1889. Pedro de Alcântara".

Nessa mesma noite, mandou o governo provisório comunicar a Dom Pedro que tinha resolvido fazer-lhe doação de cinco mil contos de réis para o seu estabelecimento na Europa, podendo ele e sua família dispor dos seus bens, existentes no país, pela forma que mais conveniente lhes parecesse.

Alguma pessoa da família imperial, o mordomo dela, recebeu este decreto, do qual o imperador, segundo parece, só teve notícia durante viagem. Foi por isso que ao chegar a São Vicente, a 29 de novembro, escreveu nesse mesmo dia ao seu mordomo e procurador uma carta que o visconde de Nogueira da Gama publicou no País e no Jornal do Comércio de 28 de Dezembro de 1889. Eis a carta:

"Tendo tido conhecimento, no momento da partida para a Europa, do decreto pelo qual é concedida à família imperial, de uma só vez, a quantia de cinco mil contos, mando que declare que não receberei, bem como minha família, senão as dotações e mais vantagens a que temos direito pelas leis, tratados e compromissos existentes; e portanto, si tiver recebido aquela quantia, deverá restituí-la sem perda de tempo. Recomendo, outrossim, que, cingindo-se aos termos desta comunicação, dirija ofício, que fará imediatamente publicar, e do qual me remeterá cópia. (a) D. Pedro de Alcântara. Bordo do Alagoas, ao chegar a S. Vicente das ilhas de Cabo Verde, 29 de Novembro de 1889".³²

Não ignoramos ter havido muitas questões sobre a história desse decreto dos cinco mil contos; preferimos, no entanto, limitar-nos a estas indicações gerais. Acrescentaremos tão somente que o decreto, que banuiu do Brasil toda a família imperial, dá como motivo o fato de ter Dom Pedro escrito que recusava a oferta desse dinheiro...

Suspeitando o marechal Deodoro que se tentasse alguma reação mandou prender Ouro Preto que, encontrado na casa do Barão de Javari, foi recolhido ao quartel do 1º Regimento de Cavalaria, em São Cristóvão. Expedira então o marechal ordem para que o visconde fosse tratado com toda cortesia, e lhe fosse permitido ser visitado por pessoas de sua família e por amigos.

No dia 16 pediu Ouro Preto ao governo provisório que lhe facultasse a saída para fora do Brasil. Fixaram para o embarque o dia 21, no vapor alemão Montevidéu, com destino a Hamburgo. O comandante recebeu proibição de tocar em qualquer ponto do Brasil e, segundo se disse, o visconde, a título de indenização, lhe pagou a quantia de mil libras esterlinas.

O embarque realizou-se do modo seguinte: às 7 e meia da manhã, Quintino Bocaiúva, ministro dos estrangeiros pôs, no quartel do 1º Regimento de Cavalaria, o seu carro à disposição do visconde, e ambos, acompanhados de um piquete de 50 praças de cavalaria, se dirigiram para o arsenal de guerra.

Pouco depois chegaram ao arsenal a família do visconde e diversos amigos. O número destes logo avultou muito. O visconde agradeceu gentilmente ao ministro, sendo a despedida, de parte a parte, cheia da maior cortesia. Quatro oficiais ficaram a bordo do paquete até a saída deste. Chegou Ouro Preto a Lisboa no dia 14 de dezembro, hospedou-se no hotel Atlântico, e, dias depois, teve uma conferência com o ex-imperador.

Estava o conselheiro Gaspar Silveira Martins governando a província do Rio Grande do Sul, e embarcara com destino à corte no vapor Rio Pardo, que saíra de Pôrto Alegre no dia 12 de novembro, trazendo a bordo todos os deputados eleitos por aquela província.

O Visconde de Pelotas³³, que também devia embarcar, resolveu à última hora adiar a viagem.

Ao chegar ao porto do Destêrro (hoje Florianópolis), em Santa-Catarina, às 6 horas da tarde do dia 15, recebeu Silveira Martins um telegrama, enviado do RS, e mostrou-se muito comovido, porém nada revelou. Contudo, os passageiros que tinham ido à terra, na volta contaram que tinham ouvido na cidade que a República estava proclamada no Rio de Janeiro.

Às 4 horas da manhã seguinte recebeu Silveira Martins ordem de prisão, e foi recolhido ao quartel de linha (uma unidade do Exército). Os demais deputados, menos o conselheiro Camargo, que ficou em Destêrro, regressaram para o RS no paquete Rio Negro.

No dia 27 de novembro chegou Silveira Martins ao Rio de Janeiro a bordo do cruzador Parnaíba, acompanhado pela comissão de oficiais do exército que, por ordem do govêrno provisório, tinha ido buscá-lo em Santa Catarina. Quintino Bocaiúva foi recebê-lo a bordo, e o conduziu para a casa de sua residência na praia de Botafogo, onde ficou detido sob palavra de honra. Ali, recebeu a visita de numerosos amigos, com os quais comentava energicamente as providências tomadas a seu respeito pelo governo provisório.

³² Altivo e nobre, Dom Pedro II declinou da doação, sendo que isso foi de uma extrema falta de sensibilidade dos republicanos; parecia uma esmola.

³³ Trata-se do Marechal José Antônio Correia da Câmara, 2º Visconde de Pelotas.

Conquanto declarasse franca e leal adesão ao novo regime (grifo meu), foi a 21 de dezembro desterrado para a Europa, para onde partiu no dia 23 pelo paquete Lissabon.

Esteve presente à morte do Imperador em 5 de dezembro de 1891 no Hotel Bedford, Paris, e no seu sepultamento no Panteão da Dinastia de Bragança, Lisboa, Portugal, e depois retornou ao Brasil, dirigindo-se para o RS.

Considerações finais

Não houve proclamação nenhuma, como na independência, por exemplo. No máximo, um anúncio. Na Ata da Câmara sim, foi oficializada a república. Na segura avaliação de Pedro Calmon, na transição de um regime para o seguinte houve uma clara inversão: passou-se de um império parlamentarista e descentralizado para uma república “imperial”, autoritária e concentrada. Pura expressão da verdade.

E, ainda Calmon: o turbilhão dos fatos não permitia retornos. “Não se faz correr para trás um rio...” (Calmon, 1975, p. 277). E ainda, premido a reagir, Pedro II teria dito: “Não consentiria que se derramasse sangue brasileiro...”³⁴.

A nova república teve de abrigar diversas correntes, nem sempre concordes umas com as outras. Uma delas foi a do “positivismo militante”, representada por Demétrio Nunes Ribeiro, riograndino, nome de rua em Porto Alegre. Outros próceres foram Ruy Barbosa, Quintino Bocaiúva e Aristides Lôbo, etc.

A República, ainda conforme Calmon, deu a impressão de que envelhecera no segundo mês de existência pelas seguintes razões:

- a facilidade com a qual se impôs;
- a imoralidade eleitoral;
- as oligarquias regionais;
- a falsa democracia;
- a troca dos rótulos e não dos processos;
- a manutenção dos vícios que tinham corrompido a monarquia; e
- o caudilhismo “de espada à cinta”.

Mesmo assim, a nação buscou o abandono do velho sistema e começou o “congraçamento das classes”, conforme Pedro Calmon. Entretanto, as esperanças doutrinárias pré-revolucionárias não ocorreram e os republicanos foram “os primeiros decepcionados”. Esperavam mais do que foi possível. E correu a frase: “não era a República dos nossos sonhos”.

Em 15 de novembro caiu a forma - a monarquia, mas também, pior ainda, o regime parlamentarista. Conforme Lincoln de Abreu Penna, citando Frank McCann:

Se a República nasceu de uma contradição, posto que o golpe que interrompeu o regime monárquico partiu de forças responsáveis pela ordem institucional, a sustentação da República proclamada foi, ao longo do tempo, objeto de zelo absoluto por parte desses subversivos do 15 de novembro de 1889 (Penna, 2022, p. 433, apud McCann, 2007).

Muitos republicanos foram se desligando da responsabilidade das ações em proveito da novel república, muito disso por causa das controvérsias que surgiram, ou já haviam, e causaram divisões no bloco.

E assim, esse conjunto de circunstâncias causou a dissolução do governo provisório, inclusive pela perda de entusiasmo do próprio Deodoro, um homem idoso para enfrentar tamanho desafio.

Os militares não são políticos, nunca serão. E a luta pelo poder se impôs, principalmente pela ação dos partidos políticos.

Lincoln Penna (2022, p. 433/434) destaca três hipóteses sobre a vinculação dos militares com o ideário republicano, a saber:

- o desprezo dos militares em relação às oligarquias, por ocasião do golpe republicano de 1889;
- a simpatia ao modelo republicano francês, unitário e não federalista; e
- o presidencialismo forte, expresso nos governos militares de Deodoro e Floriano.

³⁴ Comentário: 23 anos antes, na Guerra do Paraguai, ele não agiu assim. E poderia. Invadiu, e morreram 40 mil brasileiros. E uma dívida de 45 milhões de libras esterlinas contraída junto ao Banco Rothschild. Não era necessária aquela guerra, mas isso é outro assunto.

Acrescentamos o seguinte: o desprezo pelas práticas odientas e típicas dos escravocratas.

E assim, desde o surgimento da expressão e da ideia do “cidadão-soldado” até o “soldado-cidadão”³⁵, conforme Lincoln Penna:

“este é um conceito de fundamental importância para a compreensão do comportamento da corporação militar. Assim, como sua percepção na conjuntura que antecedeu à queda do regime monárquico permite que entendamos o ocorrido no que diz respeito ao comportamento dos militares na conjuntura que presidiu o golpe republicano” (Penna, 2022, p. 435).

Explica também o que sucedeu em seguida e nos anos seguintes. Cada cidadão, não somente os militares, por lógico, evoluiu de “súdito do Império para cidadão da República”, e isso parecia fácil, mas não foi. Mas era a “República da Espada” (Deodoro, Floriano e Benjamin³⁶). A centralização das decisões estava na ordem do dia. Afinal, como destaca, ainda uma vez, Lincoln Penna:

“como membros de uma corporação que tinha afinidade com a ideia da **ditadura positivista**³⁷ (grifo meu), cujo sentido era o de fazer do mandatário o primeiro dos cidadãos, agiram, ambos, convencidos de que a República era a própria encarnação da pátria e eles, os militares seus defensores perpétuos” (Idem, p. 438).

Finalmente, o Partido Republicano Paulista saiu fortalecido, as províncias passaram a se chamar estados, foi eleita a Assembleia Constituinte, foi promulgado o novo Código Penal, morreu Benjamin Constant (22 de janeiro de 1891), Deodoro dissolveu o Congresso em 3 de novembro de 1891 e declarou Estado de Sítio.

Em 23 de novembro - a renúncia: o governo passa para Floriano. E começaram as revoltas, que se multiplicaram, uma após a outra, mas isso já são “outras histórias”. E já se passaram 135 anos.

Por derradeiro: a sanha golpista vem de longe...

Bibliografia

ABRIL Editora. Revista Veja – Edição Especial nº 37 – 100 anos da República. São Paulo: Abril, 1989.

CALMON, Pedro. História do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, volume 6.

_____. A vida de D. Pedro II - o rei filósofo. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1975.

CARNEIRO, Glauco. História das Revoluções Brasileiras, 1º vol. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. O Duque de Caxias Dia a Dia. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

GOMES, Laurentino. 1889. São Paulo: Globo, 2013.

PENNA, Lincoln de Abreu, Proclamação da República e os militares: Floriano e o Florianismo. In: Dicionário de História Militar do Brasil, Rio de Janeiro, 2022, UFRJ, Autografia.

ROCHA POMBO, José Francisco da. História do Brasil. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1953, volume V.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Org.). Dicionário de História Militar do Brasil, 2º volume. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

SILVA, Hélio. 1889: A República que não esperou o amanhecer. Porto Alegre: L&PM, 2005.

Nota: este trabalho contou com a colaboração do acadêmico da AHIMTB/RS Dr. Eduardo Cunha Müller, pelo que ficam registrados os nossos agradecimentos.

³⁵ Ver o livro de Samuel Philips Huntington “O Soldado e o Estado - Teoria e política das relações entre civis e militares” (BIBLIEx, 2016).

³⁶ Um historiador civil relata que houve um desafio de duelo de Deodoro a Benjamin por questões de governo no segundo ano da república. Benjamin teria dito: “escolha as armas, eu o enfrento em qualquer campo”. Mas um dos assessores, teria sido Floriano, impediu essa tragédia.

³⁷ Altamente indesejável. Tasso Fragoso foi um dos nossos expoentes que renegou tal ideologia, mas ela vigorou durante muito tempo, como já foi dito, por influência da projeção das ideias de Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Maiores informações em Gomes, 2013, p. 169/173.

Imagens

O baio nº 6.

Fonte: O Estado de São Paulo.



O Marechal Deodoro nas ruas do centro do Rio.

Fonte: Revista Nova Cultural



O herói Deodoro: levado à praça, doente, sem forças para segurar a espada.

Deodoro, à esquerda, e na Praça da Aclamação (à direita).

Fonte: Revista Veja, 1989, nº 37)



EXPEDIENTE

Offício do Ministério dos Negócios do Interior, de 3 do corrente, comunicando que na presente data se transmite ao Ministério da Guerra a resolução do Congresso Nacional, approvada em sessão de 28 do mez findo, propondo fosse indicada ao Governo Provisorio a conservação perpetua do nome do fallecido Dr. Benjamin Constant no *Atmanack Militar*, no lugar que lhe competia entre os generaes de brigada. — Inteirado.

Expediente de 1891 do Ministério do Interior

Fonte:

<https://arquivohistorico.camara.leg.br>

Luiz Ernani Caminha Giorgis
Coronel EM Veterano do EB